



L
I

B
É

L
U

L
A

RELATOS DE RESISTÊNCIA À
DITADURA MILITAR EM
RIBEIRÃO PRETO

LARISSA VIEIRA

LIBÉLULA

Larissa Vieira

LIBÉLULA

Relatos de resistência à ditadura militar em
Ribeirão Preto

1ª edição

**É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte**

(Divino Maravilhoso - Gilberto Gil / Caetano Veloso)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
REGIME DE MENTIRAS.....	13
GOLPE.....	16
PILARES DA REPRESSÃO.....	21
ANOS DE CHUMBO.....	26
PRELÚDIOS DO FIM.....	36
NOVAREPÚBLICA.....	40
DITADURA MITAR EM RIBEIRÃO PRETO.....	50
GUERRILHEIRO ONTEM, HOJE E SEMPRE (OVO).....	65
POR TRÁS DA ARMADURA (NINFA).....	80
A LUTA CONTINUA (LIBÉLULA).....	97

AGRADECIMENTOS

Durante toda a produção deste livro, flertei com esta página em branco, destinada antecipadamente para abrigar meus agradecimentos. Por vezes, tentei iniciar a escrita, mas posterguei. Escrever um livro representa para mim um sonho antigo e, por muitas vezes, desacreditado. Poder, finalmente, palpar a realização deste sonho, que hoje se materializa em minhas mãos, soa um tanto quanto inacreditável.

Chegar até este resultado, abordando um tema de tamanha importância por meio da escuta atenta de histórias vivas que o tempo não foi capaz de apagar, me transborda de gratidão. Eu, que não sei controlar o desconforto e timidez ao ser elogiada, me atrevo a cumprir um desafio de dedicar algumas palavras de agradecimento a mim mesma.

A vida nem sempre parece fazer sentido e está longe de ser justa. Todos os dias, em cada cantinho do mundo, coisas ruins acontecem e pessoas são obrigadas a desistirem de sonhos, por mais lindos, justos e honestos que eles sejam. Em uma sociedade desigual, onde fome, pobreza, miséria e injustiças ainda fazem parte da realidade, toda e qualquer conquista merece, e deve, ser celebrada.

Para alguns, decidir qual profissão seguir, ingressar na faculdade, apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso e ter um diploma de graduação nas mãos pode não significar nada, ser apenas mais algumas etapas burocráticas da vida, seguidas por influência dos

pais ou algo semelhante. Mas, para mim e para uma grande parcela da população, concluir esse ciclo é uma oportunidade de mudança de realidade, não só minha e da minha família, mas do mundo ao meu redor. Escolhi o jornalismo justamente por me enxergar nesta profissão como um agente social, movido pela ânsia de celebrar as conquistas de quem mais precisa que elas se tornem realidade.

Em quatro anos de curso, superei muitos desafios, mas a luta começou muito antes de cruzar os portões da universidade. Deixando as questões pessoais de lado, agradeço àquela menina de olhos atentos, estudiosa e com vontade de crescer depressa. Agradeço pela importância que sempre depositou na educação, pelas madrugadas afora que passou estudando para o vestibular e por conseguir conquistar uma vaga de bolsa integral no Programa Universidade para Todos (ProUni). Sem isso, não estaria aqui.

Num país como o Brasil, é preciso que nunca esqueçamos de nos enxergar dentro da sociedade. Somente esse complexo exercício pode nos fazer compreender os níveis de nossos privilégios e dos que nos rodeiam. Condições físicas e mentais, status econômico, gênero, sexualidade, cor de pele e fenótipo são alguns dos marcadores sociais que influenciaram, de forma positiva e negativa, minha chegada até esse ponto. Por todos os percalços da vida, me parece justo reconhecer que chegar ao final deste ciclo não foi fácil, mas teria sido infinitamente mais difícil sem o apoio de tantas pessoas especiais que cruzaram meu caminho.

Sou grata em proporções imensuráveis à minha irmã, por toda a ajuda e zelo de irmã mais velha que antecede este projeto. Você acompanhou de perto cada ideia, falta de ideia,

planejamento, dúvida, reflexão e linha escrita neste livro. Foi fotógrafa, revisora, diagramadora, editora, companheira e amiga. Nessas páginas, há muito de sua criatividade, bom gosto e sensibilidade. Esta libélula nunca teria batido asas se não fosse você e eu nem estou me referindo apenas ao livro.

Agradeço também à minha mãe, por estar sempre presente e por perguntar praticamente todos os dias se o livro estava pronto. Todo o suporte foi necessário e tornou possível a realização desse feito tão importante na minha vida. À minha família, é tudo por nós e para nós.

Aos meus amigos, meu sincero obrigada pelo incentivo e por me fazerem acreditar o tempo todo que tudo daria certo. A presença de vocês ao meu lado tornou o processo mais leve e divertido. Ana Laura Silva e Felipe Contin, obrigada por sempre dedicarem tempo para perguntar sobre o livro. Saber que posso contar com vocês em todos os momentos é reconfortante. Gabriela Viana, obrigada por ser um porto seguro, companheira para a vida toda e amiga que sonhou junto comigo os sonhos que hoje acompanhamos se tornarem realidade. Sou grata por viver esses quatro anos de graduação acompanhada por você, pela Brunna Rocinholi e por outras pessoas maravilhosas que levarei para a vida.

Não posso deixar de agradecer aos colegas de profissão que tive a honra de trabalhar e aprender durante os dois estágios que passei nesses anos. Vocês foram essenciais na minha formação e estarão sempre guardados no meu coração.

Agradeço também ao meu orientador, Murilo Pinheiro, a quem devo pelos contatos, atenção, compartilhamento

de saberes, dedicação e paixão pelo jornalismo. Suas orientações foram fundamentais e indispensáveis, assim como todo o suporte fornecido desde o início da graduação.

Por fim, serei eternamente grata aos entrevistados que aceitaram receber uma desconhecida dentro de suas casas, conduzindo uma viagem no tempo através de suas memórias mais sensíveis e dolorosas. Quando escolhi o jornalismo, tinha como um de meus objetivos conhecer pessoas como vocês e poder contar histórias que contribuíssem para uma sociedade melhor.

A luta que consumiu juventudes e vidas, sequelando incontáveis corpos e mentes, continua e sempre resistirá, pois, nunca conseguirão deter a primavera que vocês ajudaram a florescer.

Obrigada!

LI . BÉ. LU. LA (s.f)

[Entomologia]

Popularmente conhecida como libélula, a Odonata é considerada um dos primeiros insetos a surgir no planeta Terra. Tendo outros insetos como base da alimentação, as libélulas têm o corpo formado por cabeça, tórax, pernas, abdômen e asas. Podendo chegar até 20 centímetros de comprimento, possuem voos potentes, capazes de alcançar até 80 quilômetros por hora. Com exímio desempenho locomotivo, dispõem ainda do auxílio indispensável de pares de olhos com campo de visão que contemplam 360 graus. Durante a vida, que tanto pode levar dias quanto anos para chegar ao fim, esses insetos enfrentam processos metamórficos bem definidos, responsáveis pelo surgimento de três fases, denominadas como ovo, ninfa e libélula adulta.

[Figurado]

Espelho da vida, emblema de metamorfose. Interpretada por múltiplas crenças, a libélula é tida como símbolo da transformação e renovação em períodos de aflições. Com aparência delicada, o animal de voo ligeiro resiste às constantes mudanças do planeta e da sociedade. Sobreviventes há mais de 300 milhões de anos sobre a Terra, as libélulas trazem no nome e no corpo, simbolismos de vivências. Derivado do latim, libellulus é o diminutivo da palavra livro, uma alusão à semelhança entre a estrutura de uma paginação aberta ao movimento característico das asas do inseto. Se as libélulas carregam nas costas páginas abertas que se movem ao encontro do vento, este parece ter guiado as mãos e o olhar atento do célebre fotógrafo Evandro Teixeira, autor da fotografia que ilustra a capa do livro que agora se abre em suas mãos como as asas de uma libélula. No registro escolhido como capa deste livro feito de memórias, Teixeira eternizou em uma captura, consumada durante uma exposição bélica realizada em 1966 no Rio de Janeiro, o chamado de renovação em meio a um dos períodos de maior aflição enfrentado em solo brasileiro: a ditadura militar.



Foto: Evandro Teixeira

REGIME DE MENTIRAS



De repente ela se espalha. Escapa das mãos entre os dedos e vai para longe. A ela não foi dado o dom do voo, mas a perspicaz do caminhar. Seus pés traçam passos cambaleantes e paradoxalmente sorrateiros que marcham contra o tempo, já cientes da inevitável queda que os aguardam. A mentira pode ser explicada de diferentes formas, a partir de distintas óticas e contextos históricos. Em uma das tentativas de decifrar esse substantivo feminino, sua origem se funde à criação de uma irmã gêmea, a verdade. Se mentira e verdade, na mitologia grega, foram criadas juntas, compartilhando do mesmo molde e forno, o que as tornam antíteses? Para os gregos, um mito carregado de simbolismos seria capaz de responder à pergunta e revelar a raiz dessa oposição.

Durante mais um dia comum de trabalho, Prometeu, o titã mestre artesão, criava estátuas ao lado de Dolos, um espírito se-

midivino. Em um momento de ausência do titã à sala de labuta, Dolos é invadido pelo sentimento de inveja e maneja as estátuas construídas por seu mestre forjando uma nova, feita à imagem e à semelhança daquela trabalhada por Prometeu. Retornando ao local onde tudo era criado, o titã se surpreende com a aparência da nova estátua e, deslumbrado, desejando que o crédito por ambas as criações recaísse sobre os próprios ombros, resolve colocar as duas peças no forno e infundi-las de vida. O ato, tomado em um ímpeto egoísta, impede que o artesão perceba a fragilidade da criação que contava com pés inacabados. Ao fim do processo, Aleteia (verdade), construída pelas mãos de Prometeu, se fez completa, com passos precisos e a certeza de ser ela a original. Já Pseudólogo (mentira), falsificada por Dolos, mostrou-se inacabada, com passos cambaleantes de quem foi entregue ao fogo da vida sem que a base de sua estrutura estivesse integralmente forjada.

Mais de dois milênios após a criação do mito grego que busca explicar a origem de duas construções sociais que permeiam as relações humanas desde os primórdios, a história do Brasil ganhou um novo capítulo que demonstrou, em suas linhas escritas ao longo de torturantes 21 anos, as consequências de ter na mentira a base de uma edificação. Nesse caso, os impactos causados por um regime tirano que se valeu de inverdades para guiar os passos da nação.

O ano era 1964. Embebido por um contexto de conflitos ideológicos fomentados pela Guerra Fria, travada entre os Estados Unidos e a extinta União Soviética, o golpe militar não poderia ter sido aplicado num dia mais simbólico do que 1º de abril. Por uma coincidência que mais parece saltar de um roteiro de ficção, a data é conhecida popularmente, na Europa e no Ocidente, como o Dia da Menti-

ra. Responsável por dar início à ditadura militar, o golpe de 64 teve como uma de suas principais justificativas afastar a “ameaça comunista” e tornar o Brasil livre da corrupção. Carregando a defesa de valores anticomunistas, associados a projetos propostos pelo governo de João Goulart, o golpe foi amplamente apoiado por uma parcela da população que chegou a tomar as ruas do país em manifestações intituladas como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Ao passo que o regime se consolidava, a liberdade, ironicamente defendida em cartazes e faixas erguidas por apoiadores do golpe, durante as marchas em nome de valores conservadores, era esmagada pela repressão dos militares que governaram o país durante cinco mandatos, de 1964 a 1985. Com amplos poderes neste período, o Executivo ganhou autonomia para decretar estado de sítio, instituir eleições indiretas, cassar mandatos políticos de opositores, demitir servidores públicos, perseguir e suspender direitos dos cidadãos, censurar veículos de comunicação e manifestações artísticas, legalizar a tortura e imputar a pena de morte.

Transformando os cidadãos que se opunham às práticas autoritárias em “inimigos internos”, a ditadura deixou marcas permanentes na nação e cavou covas profundas onde os ideais, sonhos e esperanças de centenas de brasileiros foram sepultados. A estimativa, de acordo com levantamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), aponta para ao menos 191 pessoas mortas durante a ditadura, sendo que somente 33 dessas tiveram seus corpos localizados. Em contrapartida, mais de 200 famílias viveram e seguem partilhando a dor do luto sem corpo. Negado o último adeus, essas famílias anseiam por notícias que deem conta das circunstâncias da morte de seus parentes ou do destino dado aos restos

mortais daqueles que continuam sendo qualificados como desaparecidos políticos. Quase 40 anos depois do fim do regime, marco digno de comemoração diária, o Brasil ainda não passou a limpo seus anos pesados como o chumbo e sombrios como as trevas.

Instituída durante o governo da ex-presidenta Dilma Roussef, militante presa e submetida a torturas em 1970, a comissão encarregada por investigar os crimes praticados nos porões da ditadura só foi criada em 2011. No relatório produzido por um colegiado ao longo de dois anos e sete meses de apuração, diferentes denúncias de violações dos direitos humanos cometidas entre 1964 e 1988 foram coletadas. O trabalho minucioso reuniu depoimentos, documentos e promoveu dezenas de audiências públicas, afim de suscitar uma reparação histórica adiada, intencionalmente, durante anos.

Newton Eduardo de Oliveira, de 42 anos, morreu logo no primeiro ano do golpe. Pai de seis filhos, com carreira na área gráfica, dedicou a vida na luta pelos direitos dos trabalhadores da categoria. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Oliveira se suicidou dentro de um apartamento depois de ter os direitos cassados e passar a viver na clandestinidade, enquanto era perseguido pelos agentes da repressão. Na carta de despedida destinada à família e aos companheiros sindicalistas, fez um apelo aos militares para que sua morte significasse a paz da família. Desejando força à esposa e aos filhos, para que resistissem à dureza da vida, Oliveira despediu-se do mundo pedindo perdão por não ter resistido.

Jorge Aprígio de Paula era operário e estava na rua protestando em repúdio à morte de um estudante quando teve o alvo invisível pintado nas costas negra alcançado por um tiro. Com seus recém completados 30 anos, o homem teve pulmão e cora-

ção perfurados pela bala de um oficial do exército e sangrou até a morte no centro do Rio de Janeiro, no dia 1º de abril de 1968.

Catarina Helena Abi Eçab tinha apenas 21 anos quando teve a cabeça alvejada por um tiro, enquanto viajava de carro junto ao marido. Na ocasião, as mortes de Catarina e do esposo João Antônio Santos Abi Eçab, que também estava no veículo, foram divulgadas como duas tragédias ocasionadas por um acidente automobilístico. Sustentada pelo exército, a versão só foi vergonhosamente desmentida anos depois, quando os corpos de Catarina e de Antônio passaram por exumação e a covarde execução, verdadeira causa da morte de ambos, foi revelada: “traumatismo cranioencefálico” causado por “ação vulnerante de projétil de arma de fogo”.

Se um tiro na cabeça era facilmente camuflado de modo a parecer um rotineiro e trágico acidente de trânsito, minimizar a gravidade de uma morte ocasionada por 18 tiros nas costas estava longe de ser uma missão impossível para o regime. Bastava um relatório construído por alguns policiais, alegando resistência e reação da vítima frente à ordem de prisão para que mortes, como a do desenhista mecânico Marco Antônio Braz de Carvalho, fossem justificadas e rapidamente esquecidas.

Responsável não somente por mandar para debaixo da terra centenas de pessoas, o regime também se eternizou na mente de quem sobreviveu às mais cruéis e inimagináveis torturas. Nas mãos da tirania, mulheres presas durante o arbítrio da ditadura enfrentaram, para além das agressões físicas e psicológicas, os reflexos perversos do machismo e da misoginia que, em ambientes hostis ocupados por seres mais hostis ainda, se revelavam em assédios, choques nas genitais, estupros e abor-

tos forçados. Em alguns casos, mães eram submetidas a torturas diante dos olhos dos filhos, obrigados a assistir aos corpos que os gestaram sendo violados para a pura diversão dos algozes.

Resistindo a horas de jogos psicológicos, enquanto assistia ao espancamento de companheiros, uma militante recebeu um tapa no ouvido com tamanha agressividade que acabou surda. Outra, teve o corpo apalpado e baratas introduzidas na vagina durante sessões de torturas em que a morte era desejada tamanho sofrimento e medo de não ser forte o bastante para manter em segredo o paradeiro de outros guerrilheiros. Uma terceira foi estuprada e espancada até que o bebê que carregava no útero escorresse pelas pernas. Uma quarta teve o corpo ejaculado por um torturador que se masturbava observando-a sendo eletrocutada. Estima-se que ao menos 20 mil pessoas tenham sido vítimas de torturas no decorrer do regime.

Atribuindo nome, idade e rosto a tantas vozes que o regime silenciou, a Comissão Nacional da Verdade tornou pública histórias de adolescentes, jovens, adultos e idosos que tiveram as vidas atravessadas ou interrompidas durante os anos em que o poder esteve concentrado em mãos sujas de sangue. O relatório também ajudou a identificar alguns dos responsáveis, diretos e indiretos, pelas torturas e assassinatos registrados a partir de 1964. Extensa, a lista com 377 acusados pelos crimes é preenchida por marechais, coronéis, generais, delegados, majores, tenentes, diplomatas e até médicos-legistas que colaboraram com o governo, incumbidos da tarefa de camuflar execuções com falsos atestados de óbitos.

Em 1985, a eleição de Tancredo Neves ao cargo de presidente foi responsável por colocar fim à ditadura militar no Brasil. A partir da vitória eleitoral do mineiro, o país deu boas-

-vindas à democracia e, desde então, permanece lutando, entre altos e baixos, para que ela seja mantida. Apesar da queda da ditadura, o fim de um regime assassino, torturador e autoritário não pôde apagar as cicatrizes deixadas no corpo e na mente de quem vivenciou e resistiu aos duros golpes da repressão.

Mantidas vivas em relatos compartilhados por pessoas que seguem levantando a bandeira em defesa da democracia, as memórias dos abomináveis erros do passado se tornam públicas e fortalecem o combate diário para que as mesmas práticas nunca se repitam no presente e futuro. Marchando com passos de mentira e seguindo a direção contrária à liberdade de ser e de viver como se deseja, a ditadura militar condenou a vida de centenas de pessoas ao mesmo tempo que se autocondenava. Cambaleante como a estátua inacabada de Dolos, o regime encontrou sua inevitável queda, deixando pelo caminho pegadas de dor, sofrimento e destruição.

GOLPE

O telefone toca ainda durante a noite do dia 1º de abril. Do outro lado da ligação, a convocação para uma sessão extraordinária que mudaria para sempre a vida de milhões de brasileiros. Percorrendo os fios do telefone, o clima de tensão carregava as palavras escolhidas para anunciar o compromisso inadiável no monumental edifício arquitetado por Oscar Niemeyer. Se a tensão podia ser sentida via ligação, o encontro presencial de 212 deputados e senadores no interior do Congresso Nacional causava combustões internas até nos mais alheios aos rumos que o país estava prestes a tomar.

Já era madrugada quando a sessão foi iniciada. Ante ao anúncio da vacância do cargo ocupado pelo então presidente João Goulart, autoridades convocadas para assinar a lista de presença mais importante da história política do país temiam o momento em que se digladiariam dentro do Congresso. Entre insultos, olhares cerrados, ofensas mútuas, ameaças, revólveres nas cinturas, mas também aplausos prolongados e ávidos, a sessão teve início, meio e fim. Por volta das três horas da madrugada, entre felicitações e protestos, deu-se por encerrada a convenção que vagou a Presidência da República e concedeu o cargo para o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Como uma gota d'água em um copo a beira do transbordo, a deposição de João Goulart e o triunfo do golpe causou uma tempestade com direito a perseguições e a prisões de líderes políticos e sindicais pelo país. Esse era apenas o primeiro grande ato repressivo da onda que se desencadearia ao longo de tempestuosas duas décadas. Num período de apenas 13 dias de governo, Mazzilli sentou na cadeira destinada ao ocupante do cargo de presidente da República, enquanto terceirizava seu mandato com a junta militar autodenominada Comando Supremo da Revolução.

Nesse curto tempo, menos de duas semanas, atos violentos em nome da nação foram implementados, como a cassação de mandatos legislativos, a transferência para a reserva ou expulsão de oficiais das Forças Armadas, a suspensão de direitos políticos de cidadãos que se opunham ao golpe e a convocação de eleições indiretas que, no dia 15 de abril, culminou na posse da Presidência da República do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

PILARES DA REPRESSÃO

Por todo país, o silenciamento e as proibições ganhavam força com a posse de Castelo Branco. As articulações políticas cada vez mais eram minadas e a sensação de transe diante ao silêncio forçado se instalava na população como um fungo. Atacando primeiro a mente de suas vítimas, a repressão desnor-teava, depois contagiava de medo seu entorno até que, por último, tomasse conta paralisando o corpo dos opositores.

Com sangue nordestino correndo nas veias, Castelo Branco era um militar nato e isso se fazia visível em decisões à frente do país durante os primeiros anos após o golpe. Seguindo os passos do pai general, ele cresceu se aperfeiçoando no meio militar e logo conquistou prestígio pelos feitos e comportamento considerado exímio. Ao Exército, jurou dever tudo, desde a educação até a formação de seu caráter e habilidades. Se ao Exército acreditava dever tudo, por boa parte dos representantes dessa unidade militar ainda hoje é lembrado como um exemplo a ser seguido.

Dono de uma feição séria, cabelos besuntados de gel, 1,64 de altura e sotaque com “erre” arrastado, em especial quando evocava a esquerda brasileira em tom de reprovação, o marechal era visto pelos militantes como um ditador. Nas inúmeras charges que ilustravam revistas, jornais e manifestos da época, Castelo Branco é retratado com um corpo atarracado, cabeça protuberante e pescoço diminuído. Características físicas destacadas de forma pejorativa como ferramenta de oposição ao chefe de governo. A ele, politicamente, foi atribuída a responsabilidade por implementar os pilares da repressão que à época era entendida como a honrosa tarefa de reestabelecer a ordem e impulsionar a retomada do desenvolvimento do país.

Por meio de aparatos jurídicos, deu continuidade nos atos repressivos iniciados durante o breve mandato de Mazzilli e tratou de elaborar uma emenda constitucional que garantisse a si mesmo o direito de permanecer na presidência por mais tempo que o previsto quando eleito. Alinhado ao governo norte-americano, se beneficiando das narrativas cambaleantes de uma ameaça comunista, o marechal difundiu em seu mandato a ideia de subversão. Subversivos foi a maneira utilizada para se referir aos cidadãos que não concordavam com os rumos retrógrados que o Brasil tomava. Da boca dos subversivos, o grito de guerra: “Abaixo a Ditadura”, era defendido do silenciamento e entoado como um chamado de despertar do povo.

À sombra dos desdobramentos da Guerra Fria, Castelo Branco adotou medidas que simulavam para as outras nações próximas a defesa da democracia de um país tolerante e aberto ao diálogo. O que, na prática, não se sustentava. Objetivando a construção de uma vitrine para o exterior, fez nascer o bipartidarismo, ou seja, a criação de duas agremiações políticas, sendo elas: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). De um lado, a Arena reunia os políticos que compartilhavam dos mesmos ideais defendidos pelo governo e não se opunham ao golpe. Do outro, o MDB ocupava a posição de partido com menos afinidades com o governo, mas não com força suficiente para representar uma verdadeira oposição partidária.

Enquanto os ideais democráticos da dita “revolução de 1964” se esvaziavam com consternantes invasões de lares em buscas por materiais subversivos, prisões decretadas na calada das noites e extinções de organizações contrárias ao governo, a postura da imprensa em relação ao golpe também era atravessada e inevitável-

mente modificada. Se o indivíduo só é capaz de sentir a dor do corte quando tem a própria pele rasgada pela lâmina, os principais veículos de comunicação existentes, durante os primeiros anos da ditadura, também pareciam ser capazes de erguer suas vozes contra o regime apenas quando este endureceu o cerco contra a principal arma de ataque e escudo da imprensa: a liberdade de expressão.

O posicionamento político alinhado ao conservadorismo e aos valores de direita levou grandes veículos ao irreparável erro de legitimar o ilegítimo, estampando capas e destinando manchetes para a defesa da deposição de João Goulart e da revolução de base militar. Chegando a comemorar o “fim do comunismo”, como se fosse possível celebrar o fim de algo que nem ao menos havia se instaurado, jornais com grandes tiragens circularam pelo país, dando boas-vindas à ditadura. Ingrata até mesmo com quem a alimentava, a ditadura não mediu esforços para moldar ao seu gosto todo o seu redor. Conforme ganhava força ao varrer para debaixo do tapete toda manifestação contrária à sua existência, o regime não tardou a direcionar sua mira às redações e aos que as mantinham em funcionamento.

Considerando criminosa qualquer ação que pudesse subverter a ordem política e social, a Lei de Imprensa (5.250), sancionada por Castelo Branco, atingiu não só jornais, mas espetáculos teatrais, programas de televisão, produções audiovisuais e transmissões radiofônicas. Antes mesmo de serem publicadas, as produções eram avaliadas por censores que tinham nas mãos o poder de barrar aquilo que consideravam subversivo politicamente, socialmente e moralmente. Nessa altura, muitos veículos e jornalistas já demonstravam arrependimento pelo apoio prestado à ditadura. Após os muitos sins ditos ao regime, os veículos buscavam no rompante dos





Foto: Evandro Teixeira

nãos fazer valer as migalhas de liberdade que ainda restavam. Utilizando a mesma tinta que gravou palavras de apoio ao governo na capa dos jornais, a imprensa fazia chegar até a população manchetes que destacavam as estratégias econômicas adotadas pelo presidente. Ao passo que os periódicos eram alcançados pelas mãos dos cidadãos, a impopularidade de Castelo Branco ganhava força.

Enfraquecido entre os próprios apoiadores, o presidente teve seus derradeiros dias de mandato marcados por reflexos negativos de ajustes econômicos que fizeram disparar o custo de vida da população. Apesar de as nuvens de impopularidade terem acinzentado o fim do governo do marechal, tempestades ainda mais severas se aproximavam com a ascensão do sucessor Artur da Costa e Silva, dono de um perfil de governo linha dura.

Na história do país, Castelo Branco teve a escrita de suas últimas páginas interrompida por um acidente aéreo que parou o Brasil. No dia 18 de junho de 1967, meses após seu mandato presidencial ter chegado ao fim, morreu aproximadamente 40 minutos após o avião em que estava decolar em Quixadá. Em queda por cerca de um minuto e 30 segundos, o avião responsável por conduzir o marechal pela primeira vez ao Ceará, desde a sua saída da presidência, findou a vida de Castelo Branco na mesma terra em que foi concebido.

ANOS DE CHUMBO

O fim de um governo considerado moderado, alimentador de um discurso de “ditadura temporária”, antecedeu o período mais conturbado, sangrento e repressivo do regime. Foi durante os governos de

Artur da Costa e Silva, da Junta Governativa Provisória e de Emílio Garrastazu Médici que os brasileiros conheceram o pior que a ditadura pôde oferecer. Devido aos inúmeros horrores praticados, o período que vai de 1968 a 1974 ficou conhecido como “anos de chumbo”.

Artur da Costa e Silva, assim como Castelo Branco, esteve envolto no meio militar desde a infância, vivida no interior do Rio Grande do Sul. Ao longo de sua trajetória, escalonou cargos militares até alcançar, como general, o posto de Presidente da República, por meio de eleições indiretas. Começava a partir dali um mandato que institucionalizaria a tortura e a atroz perseguição ao meio artístico, ampliando a repressão em favor dos desejos nutridos pelas forças militares.

No ano seguinte à posse do general, o país enfrentou um dos anos mais longos de sua história. Protestos, greves trabalhistas, resistência armada e prisões em massa borbulhavam nos quatro cantos do país em 1968. Foi nesse ano que a repressão ceifou a vida do estudante Edson Luís Lima Souto, durante uma manifestação contra o aumento no preço das refeições servidas em um restaurante popular frequentado por jovens de baixo poder aquisitivo no Rio de Janeiro. O que era para ser um protesto pacífico, protagonizado por estudantes, rapidamente se transformou em pânico, violência e morte. Em plena ditadura, ir às ruas para exigir direitos básicos, como o acesso a uma alimentação descente, era facilmente interpretado como subversão e combatido a tiros a queima-roupa.

Com o coração estilhaçado por uma bala, o corpo de Edson Souto foi carregado por outros estudantes até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em uma cena emblemática que se eternizou na história do país e na memória dos brasileiros.

A imagem do corpo do jovem de apenas 18 anos enrijeci-

do sobre uma mesa, enquanto era cercado por dezenas de estudantes extasiados diante tamanha violência, estampou as capas dos jornais e foi responsável pela perda de apetite de famílias inteiras ao ser noticiada em horário nobre nas emissoras de televisão. O sentimento de que aquele garoto poderia ser o filho de qualquer um que assistia de braços cruzados o avanço da repressão fez sangrar feridas antes ignoradas por parte da população.

Sem deixar que a morte de Edson fosse tomada pelo esquecimento aflorado na época, manifestações se sucederam após o episódio. Uma delas, que ganhou notoriedade pela grande adesão popular, aconteceu no dia 26 de junho e ficou conhecida como “Passeata dos Cem Mil”, justamente por reunir em torno de 100 mil pessoas em apelo pelo fim da ditadura. Artistas, jornalistas, intelectuais e estudantes marcaram presença na marcha pelas ruas do Rio de Janeiro. Frente à intensa censura que se pulverizava sobre os setores que sinalizavam qualquer resquício de crítica ao governo, a passeata desatou nós presos na garganta de milhares de brasileiros que foram às ruas expressar as insatisfações que sentiam. Diferente de tantas outras, essa manifestação, que durou em torno de três horas, chegou ao fim sem registros de confrontos policiais.

Enquanto os militantes se organizavam para enfrentar a censura e os abusos do regime, Costa e Silva difundia no país uma política desenvolvimentista, que tinha como estratégia de crescimento o aumento dos gastos governamentais, à custa de uma torrencial dívida externa. O resultado parcial da política desenvolvida recebeu o título de “milagre econômico”, por aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Esse foi o resultado parcial, já que o final revelava uma realidade não tão positiva quando analisado a longo

prazo. Se as condições financeiras de uma porcentagem da população melhoraram durante o dito “milagre”, o mesmo não aconteceu com boa parte da classe trabalhadora. Organizados em sindicatos, alguns trabalhadores tentavam resistir à contenção de salários e à crescente concentração de renda que sedimentava os abismos sociais. Perante a movimentação da classe trabalhadora, o regime direcionou a atenção aos sindicatos e não poupou força bruta para paralisar as manifestações e perseguir os principais líderes sindicais.

O último mês do ano mais longo da ditadura parecia não caber em 31 dias. Caminhando para o seu penúltimo ano de governo, Costa e Silva deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos no governo de Castelo Branco e decretou o Ato Institucional nº 5. No dia 13 de dezembro de 1968, durante uma reunião do presidente com a cúpula militar do regime, na biblioteca do Palácio Laranjeiras, o ato que esvaziava os significados da palavra liberdade foi oficializado. Em cadeia nacional, o documento foi lido em uma transmissão de rádio pelo ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva. O texto recuperava o preâmbulo do Ato Institucional nº 1, que presumia assegurar uma autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade humana e no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições da nação.

Honrando o regime de mentiras, o ato carregado de meias-verdades concentrava o poder nas mãos do presidente e legitimava intervenções federais, cassações, apreensões e até o fechamento do Congresso Nacional. Era mais uma vitória do autoritarismo.

Com o fim de 1968, o ano seguinte foi abreviado, mas não menos conturbado. Em meio a um cenário de resistência armada, exílios e oposição entre os próprios apoiadores do regime, Costa

ABAIXO A DITADURA
= POVO NO PODER =





e Silva precisou deixar a República depois de sofrer um acidente vascular cerebral (AVC). Os últimos meses de vida do militar foram imersos nas sequelas deixadas pela isquemia e frustração com os rumos de sua gestão como presidente. Relatos de pessoas que viveram com Costa e Silva apontam a insatisfação do político frente ao desejo de derrubar o AI-5 e promulgar uma nova Constituição.

Sem condições para seguir a frente da nação e com seu vice vetado ao cargo, Costa e Silva deixou o controle do país, que, a partir de então, passou a ser administrado por uma junta governativa provisória, formada por militares. Em um período curto, a junta foi responsável por feitos importantes na história do país, como a implementação de novos atos institucionais e de uma emenda que ampliou o mandato presidencial para cinco anos. Além de esticar o tempo de governo dos próximos presidentes, os militares se deram o direito de controlar e, mais especificamente, reduzir o tempo de vida dos cidadãos.

Um ato institucional fez com que a pena de morte para crimes contra a segurança nacional passasse a valer no país. A medida, que estampou manchetes de jornais e vigorou até 1978, foi imputada uma única vez durante o regime, mas nunca chegou a ser executada — pelo menos não oficialmente. Após dois meses de gestão, a junta governativa provisória deu lugar a Emílio Garrastazu Médici, nomeado presidente do Brasil no dia 30 de outubro de 1969. Natural do interior do Rio Grande do Sul, assim como Costa e Silva, Médici também ascendeu de um ninho militar e se destacou no meio desde a infância.

Como capitão de uma das tropas governadas por Getúlio Vargas, Médici participou do combate à Revolução Constitucionalista de 1932 e, posteriormente, ajudou na edição do divisor de águas AI-5. Nomeado Presidente da República, o mi-

litar alavancou a repressão política e direcionou as miras ainda mais aos meios de comunicação. Durante seu governo, Médici não se limitou a censura, investindo fortemente no uso da comunicação para passar uma imagem positiva do regime ao povo.

Em menos de um mês de governo do militar, a resistência sofreu um duro golpe que serviu para consolidar os anos de chumbo e o auge da ditadura. Uma das figuras mais emblemáticas da luta armada contra o regime de opressão, Carlos Marighella, político, escritor e guerrilheiro comunista, foi morto em uma emboscada de agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Considerado o inimigo número um dos militares, Marighella teve sua morte amplamente divulgada na mídia, o que representou para muitos guerrilheiros o fim da esperança na vitória sobre o regime. Se de um lado a morte do baiano era recebida com profunda desolação, por outro, era celebrada como mais uma conquista contra a subversão. Em reconhecimento ao feito, mais de 40 policiais envolvidos na execução do dia 4 de novembro de 1969 tiveram suas “bravuras” recompensadas com promoções.

A morte de Marighella abriu portas para uma série de atos da resistência, recebidos com prisões, torturas e assassinatos. Pouco menos de dois anos haviam se passado, desde novembro de 1969, quando o xará de Marighella, Carlos Lamarca, teve o corpo atravessado por sete tiros de fuzil. Ex-capitão do Exército Brasileiro, Lamarca foi considerado um desertor depois de se engajar na luta armada. O guerrilheiro esteve envolvido em grandes ações organizadas, como o sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher e uma série de assaltos a bancos.

Sem condições físicas de revidar, Lamarca já apresentava si-

nais de desnutrição no corpo, quando foi encontrado morto, depois de percorrer mais de 300 quilômetros de mata, enquanto era caçado por integrantes da Operação Pajuçara, umas das mais violentas ações que ocorreu no interior baiano em 1971. Habilidade com armas, mas também com palavras, Lamarca deixou cartas e diários destinados à amada Iara Iavelberg e aos filhos. Em um dos escritos, o guerrilheiro define o revolucionário como um ser capaz de amar a humanidade e a igualdade, ao mesmo tempo em que odeia aos que odeiam o povo e a justiça social. Para ele, dignos de ódio eram aqueles que corrompiam, ameaçavam e alienavam as mentes.

Colecionando mortes e esmiuçando, na prática, o AI-5, Médici dava sequência aos projetos planejados ainda no governo de Costa e Silva, incluindo o “milagre econômico” e suas “bençãos”. Grandes obras que demandavam investimentos bilionários, como a Rodovia Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e Usina Hidrelétrica de Itaipu, garantiam ao governo a impressão de assertividade nas medidas econômicas adotadas, que ganhava força com o aumento anual do PIB. Foram graças a esses resultados econômicos que slogans como “Ninguém mais segura esse país” e “Brasil: Ame-o ou deixe-o!” se espalharam pelo Brasil. Os lemas serviam como mecanismos sociais para difundir uma imagem positiva do país pelos meios de comunicação, de modo a garantir o apoio de parte da população. A estratégia tinha o ufanismo como mote em um contexto de nacionalismo exacerbado com a conquista do tricampeonato pela seleção masculina de futebol na Copa do Mundo de 1970.

Enquanto o governo investia em distrações e publicidade para aumentar o apreço popular, a censura era peça-chave para preservar a imagem do regime, já que os veículos de comunicação eram



Foto: Roberto Stuckert/Folhapress

proibidos de trazer a público notícias que depreciassem as medidas de Médici. Respondendo a toda opressão, grupos de guerrilhas urbanos e rurais se multiplicaram. Perseguidos pelos militares e dispostos a colocar suas vidas em risco para que a liberdade fosse alcançada, milhares de guerrilheiros abdicaram de seus anos de juventude em jornadas exaustivas que envolviam fugas, moradias clandestinas em esconderijos precários, confrontos armados e sessões de torturas com espancamentos, privação de sono e de alimentos, abusos psicológicos, choques elétricos e estupros.

Um ano antes do fim do mandato de Médici, o mundo enfrentou uma das mais importantes crises do petróleo, que elevou o custo de vida, aumentou a dívida externa do país e intensificou a concentração de renda da população. Em 1974, o gaúcho deixa a presidência e dá lugar ao conterrâneo Ernesto Geisel, colocando um ponto final nos anos de chumbo.

PRELÚDIOS DO FIM

Nascido em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, Ernesto Beckmann Geisel tinha descendência alemã e recebeu desde muito jovem uma educação rigorosa em casa e em colégios militares. Fazendo carreira na área, atuou em diferentes funções até exercer o cargo de presidente da Petrobrás, antes de ser eleito presidente do Brasil e, por meio de uma eleição indireta, tomar o posto de quarto chefe de governo e Estado do período ditatorial.

Ao assumir o controle da nação, Geisel encontrou um cenário nada animador e bem diferente daquele construído em 1964, quando o golpe se concretizou. Após os anos de chumbo e as profundas

feridas abertas na população, o regime sofreu um intenso enfraquecimento com perda do apoio popular e economia naufragante. Defensor de um discurso que propunha a redemocratização do país, Geisel deu início ao processo de distensão lenta, gradual e segura, que presumia a reimplantação de um sistema democrático a passos curtos, sem deixar que o controle fugisse das mãos militares.

Se beneficiando dos mecanismos de repressão desenvolvidos durante todo o regime, incluindo o aterrorizante AI-5, o presidente manteve a postura de ditador, assim como os militares que o antecedeu, apesar das iniciativas liberalizantes que implementou. O governo Geisel se caracterizou ao longo de cinco anos como uma gestão ambígua, responsável por iniciar o processo de distensão do regime, mas não por dar de fato um fim à repressão. Uma das medidas de destaque adotadas por Geisel foi a liberação das propagandas eleitorais, antes proibidas pelo AI-5. A decisão impactou as disputas à Câmara dos Deputados e ao Senado, o que resultou na eleição de candidatos do partido da oposição, o MDB.

Conforme a oposição ganhava força, as medidas de abertura política eram mal recebidas pelos militares, que continuavam executando militantes. Entre 1975 e 1976, dois opositores conhecidos no meio político tiveram suas vozes silenciadas pelos militares, evidenciando a complexidade de um mandato que seguia tendo a repressão como alicerce. Ambos os assassinatos foram cometidos nas dependências do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e ocuparam as manchetes dos mais importantes veículos de imprensa do país.

As mortes do jornalista Vladimir Herzog, no final de 1975, e do operário metalúrgico Manoel Fiel Filho, em 1976, geraram gran-

de comoção popular e renderam dezenas de protestos contrários ao governo. Reputado como o início do fim da ditadura, um ato ecumênico reuniu quase 10 mil pessoas na Catedral da Sé, no centro de São Paulo, em uma manifestação pacífica que prestava homenagens à vida e às realizações de Herzog. A mobilização popular nas ruas fez lembrar as passeatas organizadas em 1968, considerado pelos militantes como um ano de protagonismo da resistência.

Na boca dos militares, o assassinato do jornalista foi narrado como suicídio com direito a laudo falso que comprovava o autoexterminio. Os militares apresentaram ainda uma foto armada do jornalista morto dentro de uma cela do DOI-CODI, como forma de comprovar o suicídio. Na imagem, ele aparece enforcado com um cinto amarrado nas barras de ferro de uma janela, com os joelhos dobrados no chão. A manipulação mal feita na cena forjada pelos militares deixava evidente a certeza de que confiavam na impunidade.

Contestando a versão oficial, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo chegou a encaminhar um manifesto à Justiça Militar no ano seguinte à morte de Herzog. O documento “Em nome da verdade” concentrou assinaturas de mais de mil jornalistas que ousaram enfrentar o regime de mentiras. Proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a condenação pela falta de investigação, julgamento e punição aos assassinos e torturadores do jornalista só se tornou realidade quatro décadas após o crime, em 2018. A decisão considerou o Estado brasileiro responsável por violar o direito à verdade e à integridade pessoal, cometendo crime contra a humanidade.

As divergências entre os posicionamentos defendidos pelo presidente e os colocados em prática eram gritantes. Geisel car-



Foto: Silvaldo Leung Vieira

regava o acúmulo da insatisfação popular pela economia do país, ao mesmo tempo que era repudiado pela resistência e também por parte dos militares, que condenavam o movimento de liberalização mantido pelo gaúcho. Neste cenário de ambiguidade, liberdade versus repressão, medidas como a Lei Falcão e o Pacote de Abril, que tinham como objetivo frear o avanço da oposição política nas eleições, foram instituídas pela mesma gestão que revogou o letal AI-5.

A revogação se concretizou como a ação de abertura política mais efetiva em todo mandato. Promulgada em outubro de 1978, a emenda constitucional nº11 revogou todos os atos institucionais que apresentavam divergências com a Constituição Federal. Depois de alguns meses, em março de 1979, Geisel articulou a entrada de João Baptista Figueiredo, general e ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), à presidência.

NOVA REPÚBLICA

Se beneficiando de um decreto da Lei Falcão, que ampliou a duração do mandato presidencial de cinco para seis anos, Figueiredo inicia a gestão com a benção do ex-presidente e a missão de dar continuidade ao processo de transição da ditadura à democracia. Natural do Rio de Janeiro, o carioca foi o último presidente da ditadura militar e o 30º do país. Filho do também militar Euclides Figueiredo, comandante da Revolução Constitucionalista de 1932, o general integrou o movimento que ascendeu o golpe e chefiou o Estado-maior do III Exército.

Logo no ano em que estreou a cadeira presidencial, Figuei-

redo sancionou a lei de anistia que permitia o retorno de exilados ao país e a soltura de presos políticos. A concessão tão desejada pelos militantes beneficiou muitos guerrilheiros presos e permitiu que cerca de sete mil exilados perseguidos pela tirania voltassem ao país de origem. Em pronunciamentos, o presidente declarava repetidas vezes que “lugar de brasileiro é no Brasil”.

Apesar de muito comemorada, a lei esbarrava em pontos não tão aceitos pela resistência, isso porque nem todo preso político foi solto, o que era visto como uma liberdade pela metade. Outro ponto negativo era o fato de a decisão libertar militares e civis envolvidos em crimes contra a resistência, incluindo torturas e mortes. Entre os presos beneficiados, estava o coronel Carlos Alberto Brihante Ustra, um dos homens mais temidos do período ditatorial.

O retorno de Ustra às ruas gerou grande revolta nos guerrilheiros. Símbolo da brutalidade, a vaga possibilidade de cair nas mãos do coronel tirava o sono de muitos militantes que enxergavam Ustra como a personificação do mal. Unindo tortura psicológica à física, o militar utilizava estratégias desumanas contra os prisioneiros. Sádico, fazia questão de estudar o histórico familiar dos presos e utilizá-los de referência durante as sessões de torturas que mesclavam choques elétricos, pau-de-arara, afogamentos, abusos sexuais e até a introdução de ratos nas vaginas de detentas. Em certas ocasiões, o coronel exigia a presença dos filhos das vítimas como telespectadores das barbaridades cometidas.

Libertado pela lei de anistia, Ustra foi primeiro militar brasileiro a responder por um processo de tortura referente ao período, mas nunca pagou pelos seus crimes. Durante um depoimento prestado em 2013 para a CNV, ele afirmou nunca ter matado ou torturado ne-

nhum prisioneiro nas dependências do DOI-CODI e se negou a fornecer explicações para a maioria dos questionamentos submetidos. Aos 83 anos, o coronel morreu em um hospital de Brasília devido às complicações de uma metástase provocada por um câncer de próstata. A morte por doença, sem condenação, foi recebida com aguda tristeza e indignação pelos familiares de suas vítimas que interpretaram a fatalidade como uma vitória da impunidade sobre a justiça.

O governo de Figueiredo também implementou uma reforma partidária que acabou com o bipartidarismo resultando na queda do favoritismo militar nas urnas. Assombrados pela abertura política, militares colocaram em prática atos terroristas na tentativa de desestabilizar a gestão. No Rio de Janeiro, as vidas de ao menos 20 mil pessoas foram salvas por uma sucessão de erros que culminou em um terrorista fardado morto e outro gravemente ferido. Era noite do dia 30 de abril de 1981. Uma multidão se reunia no Centro de Convenções do Riocentro, na Barra da Tijuca.

Comemorando o Dia do Trabalho, o evento concentrava militantes e simpatizantes da esquerda que contemplavam a participação de artistas como Chico Buarque, Simone, Gal Costa e Djavan. Enquanto o público se reunia na superfície, no subsolo do centro de convenções um ardiloso plano, que aspirava acabar com a vida de milhares de pessoas, era posto em prática. Dentro de um carro, Wilson Luís Chaves Machado e Guilherme Pereira do Rosário, capitão e sargento do exército, respectivamente, foram explodidos por uma bomba acionada acidentalmente. Com o artefato no colo, Guilherme do Rosário morreu no local e Wilson Machado sofreu graves ferimentos.

Anos depois, investigações apontaram que o ato terrorista contra a população brasileira foi arquitetado por militares do

I Exército e do Serviço Nacional de Informações (SNI). O atentado é considerado o último de uma série de 40 atos praticados por militares entre 1980 e 1981. A partir da violência, tentava-se proporcionar uma sobrevida ao regime que minguava a cada dia.

O contexto de alta da inflação e estagnação do PIB puxava o povo às ruas, tornando as mobilizações e paralisações populares mais intensas. Na região metropolitana de São Paulo, uma greve que durou 41 dias mobilizou cerca de 300 mil metalúrgicos, entre eles Luiz Inácio Lula da Silva, atual presidente do Brasil. Lula era o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e acabou sendo preso por infringir a Lei de Segurança Nacional.

Da insatisfação popular nasce também a campanha Diretas Já, em 1983. Nas ruas, o povo exigia o direito ao voto, clamando pela democracia. O fim do mandato estendido de Figueiredo se aproximava e as incertezas quanto ao futuro da nação tiravam o sono de milhões de brasileiros. Reivindicando a cidadania, que por anos esteve de fora do vocabulário popular, manifestações efervesceram vias públicas por todo o país.

No Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo, um milhão e meio de pessoas se reuniram em um ato grandioso da Diretas Já pelo fim da ditadura. Como se os corpos de milhões de pessoas juntos se tornassem apenas um, o vale foi preenchido por um gigante de punhos erguidos e voz latente. Se no ditado popular a voz do povo é a voz de Deus, no dia 16 de abril de 1964, a divindade profetizava que o fim dos anos de trevas estava chegando.

No mesmo ano, uma proposta de emenda constitucional conhecida como Dante de Oliveira, nome do deputado federal que apresentou o projeto, foi colocada em votação na Câmara dos

Deputados. Para o desconsolo da nação, a emenda que propunha o restabelecimento das eleições diretas acabou derrotada por não atingir a quantidade de votos necessários para a aprovação.

Mesmo sem a conquista do direito, o mineiro Tancredo Neves venceu o paulista Paulo Maluf, candidato do regime, na eleição para a presidência em 1985. Com uma diferença de 300 votos, o candidato da Aliança Democrática teve a vitória anunciada sobre uma enxurrada de aplausos que concretizaram a força da oposição dentro do Colégio Eleitoral. Atônitos de felicidade e alívio, com bandeiras erguidas, mãos dadas e lágrimas nos olhos, brasileiros escalararam a cúpula do Congresso em comemoração à Nova República.

Meses após a votação, às vésperas da posse, uma reviravolta pegou todos de surpresa. De nervos estremecidos, os brasileiros acompanharam aflitos a hospitalização de Tancredo Neves, acometido por fortes dores abdominais. Tomado pelo temor, o povo acreditava que as condições de saúde de Tancredo pudessem ser usadas para que um novo golpe fosse aplicado.

No amanhecer da Nova República, o sol despontou no horizonte colocando fim na “madrugada mais longa da história”. O Congresso Nacional era preparado para receber a cerimônia de empossamento de José Sarney, até então vice-presidente, que passaria a ocupar o cargo de presidente interino. Das mãos de terceiros, Sarney recebeu a faixa presidencial, selando a posse e entrando para história como o primeiro presidente civil, após 21 anos de tirania militar, repressão, autoritarismo e arbitrariedades. Se recusando a participar do solene ato de passagem da faixa presidencial, Figueiredo expressou o desejo de ser esquecido pela nação ao se retirar do Planalto pela porta dos fundos.

Pronunciada em voz trêmula, a Constituição foi jurada por Sarney soando aos ouvidos dos brasileiros como a mais bela das melodias. Pulsante e extasiado ao constatar o fim de um pesadelo com ares de coma, o povo bradou contra o silenciamento, que há anos sufocava retendo os gritos na garganta. Naquele momento, a nação se compreendeu na reta final de uma gestação de alto risco, por muitas vezes desenganada. No ventre, a filha tão desejada dava sinais de estar pronta para vir ao mundo. O nascimento, depois de tanto sangue derramado, sinalizava os louros da vitória do povo. Contorcendo-se entre uma contração e outra, a nação anunciava um novo capítulo da história: o nascimento da democracia.





Foto: A. Dorgival / Agência Senado

RIBEIRÃO PRETO

CAPITAL BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

Foto: Letícia Vieira

**DITADURA MILITAR EM
RIBEIRÃO PRETO**



Sangrando amor e tradição, a terra que teve o coração aberto ao sol pelas enxadas de milhares de trabalhadores rurais consagrou-se orgulho de São Paulo e do Brasil. Ribeirão Preto, afamada terra do café, teve o solo regado de suor durante anos até que pudesse ser reconhecida como a Capital Nacional do Agronegócio. Na história do município, a tradição marcada pelos ideais conservadores esteve presente desde os primeiros anos de existência.

Fundada no dia 19 de junho de 1856, a cidade, assim como todo o território brasileiro, foi ocupada inicialmente por indígenas, que encontravam na fertilidade do solo de terra roxa a fatura baseada no cultivo de frutas e raízes nativas. Com o avanço das expedições que rumaram o interior paulista, o município ganhou uma nova configuração. Predominantemente ocupado por um conglomerado de fazendas, foi nomeado e passou a se

estruturar por meio da doação de terras para a criação do patrimônio de São Sebastião, desde então padroeiro da cidade.

Antes de se tornar referência mundial no setor sucroalcooleiro, como é atualmente, Ribeirão Preto se fez terra do café. Considerada a primeira atividade agrícola de destaque, produção do grão alavancou o progresso econômico municipal, atraindo a atenção de países europeus e, conseqüentemente, a chegada de imigrantes. Durante longos anos, a linda joia no veludo, foi enfeitada por verdes infinitos cafezais e prosperou. Em 1929, o cenário de crise econômica mundial mudou essa realidade e trouxe consigo uma cascata de reflexos. Após o fim de um promissor ciclo econômico, outros se iniciaram e progrediram até que a região alcançasse o título de maior produtora nacional de cana-de-açúcar.

O desenvolvimento da cidade se intensificou ainda mais com o avanço industrial e urbano, validando a região como um significativo centro econômico. Com raízes fortalecidas na produção agrária, Ribeirão Preto manteve um perfil ideologicamente conservador e economicamente burguês. Mesmo situada há mais de 300 km da capital paulista, a cidade replicava os moldes da grande São Paulo e não se isentava da mobilização política efervescente nos anos que antecederam a ditadura militar.

Destacado como um centro educacional com reconhecimento nacional e internacional, o município foi berço de revolucionários que não compactuavam com os ideais defendidos pela política local. Na década de 1960, a juventude engajada politicamente protagonizou importantes manifestações, principalmente em apoio à posse do Presidente da República João Goulart. Em tempos em que a internet ainda não era uma realidade dos brasileiros e os apli-



FAZENDA DE CAFÉ - CARREGANDO SACCAS DE CAFÉ

APHRP



FAZENDA DE CAFÉ BOM VISTA - COLHEITA

APHRP

Foto: Theodor Preising / APHRP

cativos de conversa, que hoje se fazem indispensáveis, estavam longe de fazerem parte da rotina dos cidadãos, qualquer lugar e toda hora era uma oportunidade para se discutir e fazer política. Nos bancos das praças, nos sofás das lanchonetes, em torno das bancas de jornais ou nos corredores dos colégios. Por toda parte, grupos de adolescentes e jovens-adultos se reuniam para dialogar sobre os rumos que o país tomava. Se preocupar com o cenário político não era visto como algo destinado apenas aos mais velhos.

Abrigando um campus da Universidade de São Paulo (USP), além de outras instituições particulares de nível superior, Ribeirão Preto foi palco de passeatas, greves e protestos dos mais variados tipos. A maioria deles, utilizados como extensão das vozes de milhares de estudantes contrários às decisões políticas adotadas no país e apoiadas pela classe dominante. Tal qual os estudantes enxergavam na mobilização popular uma saída frente ao avanço do conservadorismo e da privação de direitos, os trabalhadores rurais e assalariados também se destacavam na busca por melhorias coletivas.

Neste cenário, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ganhava força e adeptos. A União Geral dos Trabalhadores (UGT), associação que ainda hoje tem seu prédio preservado no Centro da cidade, concentrou emblemáticas assembleias e reuniões protagonizadas por sindicalistas, estudantes e simpatizantes. Se ribeirãopretanos já possuíam destaque nacional antes do golpe de 64, depois, se sobressaíram ainda mais e acabaram por pintar, com as próprias mãos, um alvo nas costas. O grande número de estudantes na cidade preocupava as autoridades e direcionava a atenção do sistema de segurança nacional à região. Frente aos conservadores e aos membros de tradicionais famílias que confi-

guravam a elite regional, a juventude era vista como subversiva e perigosa, pois, colocava em risco a manutenção da hegemonia.

A partir da consolidação do golpe civil-militar, a cidade passou a espelhar ainda mais as atividades realizadas na capital. Torturas, prisões, cassações, perseguições e censura afloraram, acirrando o embate entre os militantes e os membros da elite, que se posicionavam contra o “comunismo” e em prol da “família”. Poucos anos após a arbitrariedade conceder aos militares o assento presidencial, boa parte dos militantes organizados em grupos passaram a enxergar na combustão da pólvora a luz que iluminava o fim do túnel.

De uma divergência de pensamentos sobre a melhor maneira de se enfrentar a repressão que parecia crescer desenfreadamente a cada dia, nasceu as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) e, posteriormente, a Ação Libertadora Nacional (ALN). Tendo o estudante de direito Vanderley Caixe como uma liderança, a FALN foi responsável por defender a luta armada e por implementar um importante produto midiático que comunicava a ânsia dos militantes ao se depararem com o silenciamento forçado da censura. Circulando na cidade e na região, o jornal impresso *O Berro* era um órgão independente de comunicação que resistia à repressão de um período em que os principais veículos que ousaram desafiar o regime, por meio de posicionamentos contrários aos estabelecidos, tiveram suas portas forçosamente fechadas.

Distribuído em escolas, bancas de jornais e até em fábricas, o periódico contava com suporte financeiro de colaboradores que desejavam manter viva a disseminação de ideias da resistência, visando a adesão de mais cidadãos. Além do *O Berro*, a FALN manteve por um curto período a tiragem de mais três jornais, sen-

EDIÇÃO EXTRA

ANO III - 1968

O BERRRO

"O BERRO É A ARMA DO POVO"



do eles: *Você Deve Saber, Prática Revolucionária e Informação Extra*. Esses, com volumes menores de cópias e público ainda mais nichado, devido ao monitoramento dos conteúdos publicados.

Ao mesmo tempo que a resistência buscava disseminar reflexões e denúncias por meio dos impressos, Ribeirão Preto se transformou em palco para manifestações e protestos. De um lado, centenas de jovens, a maioria estudantes, tomavam as ruas em passeatas sempre acompanhadas por palavras de ordem, cartazes, faixas, bandeiras e, às vezes, explosivos de baixo impacto. Do outro lado, policiais munidos com armas, bombas de gás lacrimogêneo, cães treinados e cavalaria. Nas ruas, cada lado utilizava o que tivesse ao alcance para vencer as pequenas batalhas do dia, fossem elas um policial “mal-encarado”, ou um militante “atrevido”.

Preparados para morrer pela defesa dos ideais que sustentavam, se assim fosse preciso, militantes da cidade passaram a se organizar em guerrilhas. Isso significa que assumiam o papel de combatentes frente ao exército regular e submeter-se às legislações que legitimavam o golpe não fazia parte do padrão comportamental adotado pelos grupos. Na mira dos militares, seguir resistindo e dando corpo a impressos caseiros feitos nos porões da cidade a cada dia se tornava uma tarefa mais difícil aos militantes.

Considerado um importante vetor na organização da oposição ribeirãopretana, *O Berro* deixa de circular no município e na região em 1969, após o desmantelamento das FALN. Tendo em vista a dificuldade em se comunicar em um período em que a internet ainda ensaiava seus primeiros passos no país, o meio de comunicação independente representou um potente elo para a resistência. Por meio dele, militantes de diferentes cida-

des, e até mesmo estados, puderam trocar experiências enxergando através das cortinas de fumaça provocadas pela censura.

Antes de chegar ao fim, o jornal precisou que muitos de seus impressos fossem produzidos em diferentes esconderijos para se manter longe de olhos “espiões”. Um desses lugares foi o porão da Instituição Religiosa Lar Santana, situada no tradicional bairro Vila Tibério. Fundada em 1948, a instituição oferecia acolhimento a órfãos que tinham no local um referencial de lar. Natural de Minas Gerais, Maurina Borges da Silveira era quem tomava conta da imponente instituição.

Madre Maurina, como era conhecida, poderia ter entrado para a história da cidade devido aos feitos como diretora do lar, mas a trajetória da religiosa não se limita apenas aos contornos do território ribeirãopretano, uma vez que a madre é considerada a única freira torturada e presa pelo regime militar brasileiro. Encarcerada em 1969, a religiosa foi acusada de fazer parte da FALN, além de ceder o porão do lar que administrava para que o grupo se reunisse e produzisse os periódicos. Capturada pelo regime, Maurina foi encaminhada para presídios no interior paulista e também na capital.

Assim que foi conduzida para a Delegacia de Polícia em Ribeirão Preto, passou por momentos de angústia durante o interrogatório. Exposta a diversos instrumentos de tortura, como barras de ferro e máquinas de choque, Maurina foi injuriada e humilhada para que confessasse um suposto envolvimento com grupos organizados de resistência. Por horas, recebeu descargas elétricas nos dedos das mãos, enquanto era assistida pelos militares que acompanhavam a tortura com desdém.

No ano seguinte, a madre partiu para o México, onde permaneceu durante cerca de nove anos de exílio. O tão aguardado retorno



ao Brasil só aconteceu em 1979, depois que a lei de anistia foi sancionada. Na época da prisão, a freira chegou a ter o rosto estampado em jornais que traziam, na capa, matérias apontando o envolvimento da religiosa com a resistência. Entre as manchetes que comunicavam a prisão de Maurina, algumas frisavam a prática de desvio de mantimentos destinados às crianças carentes em prol dos “terroristas”.

O fato de o rosto da freira ter estampado jornais que circularam por toda a região e pelo país, sensibilizou muitas pessoas que, até aquele momento, não haviam se impressionado com as atrocidades cometidas pelos militares. Acompanhar os desdobramentos de um regime capaz de prender e torturar uma pessoa devota aos mandamentos cristãos soava cruel demais para os conservadores que tanto defendiam a “família”, mas que faziam questão de tapar os olhos diante às perversidades cometidas desde o início do golpe.

Apesar de não ter nascido em Ribeirão Preto, madre Maurina é uma das figuras mais emblemáticas da cidade durante a ditadura militar. Isso porque a história da freira se tornou referência em pesquisas acadêmicas, livros e documentários premiados dentro e fora do país.

Outra figura que ultrapassou os feitos locais, cravando espaço na história na nação, foi João Cunha. Deputado ribeirãopretano, Cunha foi responsável por conceder o voto de número 344 que encerrou a votação para Presidente da República disputada em 1985 entre Tancredo Neves e Paulo Maluf. Dentro da Câmara, o parlamentar bradou a honra de enterrar, por meio do voto, a ditadura funesta que infelicitou sua pátria.

Em diferentes áreas, o município de Ribeirão Preto e seus cidadãos que alçaram voos para longe da cidade se destacaram e marcaram presença na história do país durante os anos de luta travados contra

o avanço maciço da repressão. Sedentos pela liberdade de poderem novamente ocupar os bancos das praças, os sofás das lanchonetes, os entornos das bancas de jornais ou os corredores dos colégios em longas conversas sobre o futuro do país, sem temer a retaliação da censura, os filhos da terra roxa lutaram bravamente pelo fim da ditadura.

De forma individual ou organizada, viram companheiros serem torturados e mortos pelo regime. Sentiram medo, incerteza, tiveram arrependimentos, acertos e erros. Assim como no restante do país, não foram todos os cidadãos que ousaram enfrentar o sistema, mas foram muitos aqueles que resistiram e não fugiram ao desafio de sacrificar amor sobre a tradição.



**GUERRILHEIRO
ONTEM, HOJE E SEMPRE**

(O v o)



Dedicar uma vida inteira à defesa de ideais. Doar os melhores e como consequência colher os piores anos já vividos em nome da coletividade. Sacrificar a busca pela felicidade individual, motivação na vida de tantos, pela luta por um mundo melhor para todos. Em uma sociedade cada vez mais individualista, que privilegia a efemeridade das relações e incentiva a competitividade esvaziada de significados, quem estaria disposto a dar ao coletivo a própria existência?

No auge dos 73 anos, Carlos Leopoldo Teixeira Paulino não aprendeu a viver conjugando a vida no singular. Amante de música, mantém na sala de casa um ministúdio, que tem como astro um imponente piano que vez ou outra é dedilhado durante os entardeceres. Advogado por formação, entende de leis, mas nunca hesitou descumpri-las quando essas foram usadas como ferramentas da repressão. Filho de pais militantes, recrutados pelo Partido Comunista Brasileiro, Paulino foi nu-

trido com princípios revolucionários desde o ventre e, no batismo, recebeu o nome de Carlos, homenagem ao líder comunista Luís Carlos Prestes.

Apesar do esforço, não consegue se lembrar a ocasião exata que o levou a se interessar por política. Na memória, é como se o desejo de lutar por um mundo menos desigual sempre estivera presente, como uma herança genética, impossível de se evitar. Pelos pais, aprendeu a enxergar a sociedade como um grande ecossistema, complexo e repleto de pontos carentes por melhorias. Compreender a realidade ao seu redor tornou incogitável a possibilidade de ser um mero telespectador do mundo. Avistar as páginas da história serem escritas de braços cruzados nunca fez parte da vida de Paulino.

Ainda na infância e adolescência, se posicionou em agremiações estudantis buscando ser a mudança que julgava necessária em diferentes situações. Quando o golpe chegou, Paulino adoeceu sem doença. Com o corpo ardendo em febre, o adolescente de apenas 13 anos passou o dia 1º de abril de 1964 acamado. Para ele, a febre repentina de 40°C foi uma maneira do corpo tentar expulsar o sentimento de impotência que o corroía de dentro para fora. Durante a noite, se juntou à família na dolorosa tarefa de eliminar qualquer material com conteúdo contrário ao golpe. Livros, jornais e manifestos foram entregues e rapidamente consumidos pelo fogo.

Aos 14 anos, Paulino pichou pela primeira vez as palavras de ordem “Abaixo a Ditadura”. Em casa, acompanhando os pais nas articulações políticas, os primeiros anos do golpe foram vividos com o temor constante de que pai pudesse ser preso, assim como tantos outros companheiros. Já na escola, discussões com colegas de sala que apoiavam a ditadura eram parte da rotina. A filiação ao Partido Comunista Brasileiro veio aos 15 anos, junto a uma sequência de manifestações públicas pelas ruas de Ribeirão Preto.

O instinto revolucionário levou Paulino ao cargo de presidente do grêmio estudantil na escola pública Otoniel Mota. Enquanto participava de ativi-

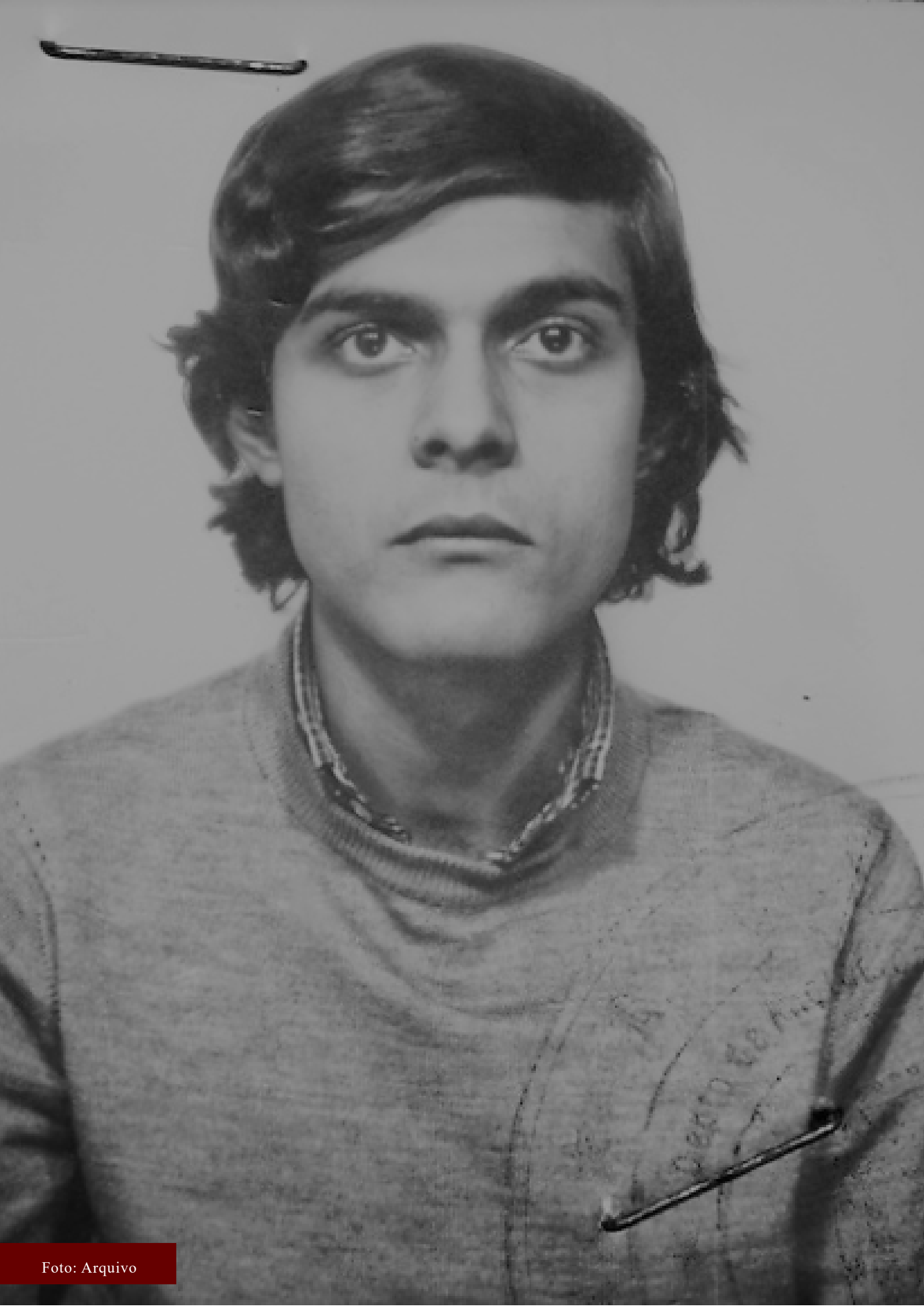
dades clandestinas promovidas pelo PCB, lutava contra o exercício tirano do micro poder dentro do colégio. Reunindo outros alunos, organizou uma manifestação em favor da demissão do diretor a frente da instituição de ensino. Utilizando óleo queimado, estampou nas paredes do colégio a frase “Romero: seis mil alunos clamam por sua demissão”. Lembrado entre risos, o feito rendeu na época sua expulsão às vésperas da conclusão do terceiro ano do colegial.

Fora da escola, precisou procurar outra instituição que permitisse a matrícula no final do ano letivo. Em dezembro de 1967, conclui os estudos e, no ano seguinte, acompanha satisfeito o afastamento do então diretor da antiga escola, suspeito de praticar irregularidades administrativas. Entre altos e baixos, os dias se passavam e as divergências de opiniões cresciam dentro do partido. De saída do PCB, não demorou muito tempo para se reestruturar junto aos companheiros na Ação Libertadora Nacional (ALN), onde ingressou na luta armada.

No ano em que a militância mais promoveu manifestações contrárias ao regime, Paulino acabou sendo preso, enquanto se deslocava para o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Passou pelo presídio Tiradentes, Carandiru e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Atrás das grades, tratou de colocar em prática a mobilização coletiva em busca por melhorias e condições mínimas de sobrevivência.

“A gente começou a incomodar no presídio Tiradentes. Eram 48 em uma cela, sempre tinha alguém no banheiro e o banheiro não era fechado. A comida era uma lavagem. Fizemos uma greve de fome que durou três dias. Os presos comuns entraram em greve também, a gente nunca esperava isso. Para ter uma ideia, quando transferiram a gente para o Carandiru, achamos que era um paraíso. Então imagina como era o outro”, diz.

Paulino tinha 18 anos quando foi solto. Com 1.68 de altura, deixou o presídio debilitado, pesando apenas 47 quilos. A partir daquele momento, passou a ser intensamente perseguido, o cerco em torno dos militantes se



fechava a cada dia. Por mais que as dificuldades em seguir na resistência aumentassem diariamente, o jovem mantinha aceso o desejo de seguir na luta.

Em 1969, participou de ações armadas e de atentados com bombas em Ribeirão Preto. “Depois do AI-5, as forças da repressão vieram para Ribeirão Preto. Eu consegui ficar escondido um mês dentro da cidade, mas estava sendo muito procurado e tinha que manter a movimentação. Chegaram a cercar minha casa, pulei o muro com um 38 na cintura e eles com metralhadoras. Tive muita sorte de conseguir fugir”, relembra.

Com os militares em seu encalço, precisou mudar de cidade algumas vezes e sentia, a cada mudança de endereço, o desejo de enfrentar o regime aumentar. Sabia que se continuasse em Ribeirão Preto, as chances de ser pego eram enormes, mas a ideia de abandonar a luta ao lado dos companheiros e os ideais defendidos desde a infância tirava da vida seu real sentido.

“Meu pai e minha mãe achavam que eu devia sair, mas eu não queria sair. Eu queria ficar aqui, no meu entendimento eu tinha que morrer junto com o pessoal”, afirma.

Contrariado, mas convencido pela família, resolveu tirar um passaporte falso no nome do irmão mais novo e aos 19, voltou a ter 17 anos, pelo menos no papel. Assumindo a identidade de Jorge Newton Teixeira Paulino, cruzou a fronteira em Foz do Iguaçu no dia 05 de fevereiro de 1970. Se iniciava naquele destino um período de exílio com passagens pela Argentina, Chile, França, Itália e Dinamarca.

Longe do Brasil, não se sentia completo, ao mesmo tempo que experimentava uma sensação outrora esquecida: a liberdade de andar pelas ruas e se ver fora do alcance das garras da ditadura. Pela janela de um micro-ônibus, viu o mundo ganhar tons invernais, enquanto observava as montanhas cobertas de neve na Cordilheira dos Andes. Passando pela fron-

teira entre Argentina e Chile, chegou ao país destino que fez de lar temporário. A distância do Brasil não foi suficiente para apagar a chama de revolução que braseava o peito do guerrilheiro. Em poucos dias no Chile, tomado por inquietação, se inteirou do panorama político da nação e se aproximou de novos companheiros de luta, também exilados pela ditadura.

Se despedindo do pai que a essa altura precisava retornar ao Brasil devido à falta de dinheiro para se manter no país, vagou pelas ruas e se viu impressionado com o grau de politização do povo. Já nas primeiras noites, sozinho no país, até então pouco explorado, encontrou companheiros dispostos a dividir não só os ideais, mas também o pouco que tinham. Deixando para trás a pensão que se hospedou junto ao pai, se mudou provisoriamente para o apartamento de um camarada com quem passou também a procurar por emprego. Depois de alguns dias, recuperou a identidade verdadeira ao obter o cartão de turista.

Com um violão nos braços, animou muitas noites de conversas entre os companheiros e, ainda naquele ano, casou-se com Maria Albetina Michelan Andretta, a Beti, como era conhecida. Os dois, que se conheceram ainda na faculdade, celebraram o casamento em junho, durante uma cerimônia informal realizada dentro do consulado.

Cada vez mais próximo da colônia brasileira que se espalhava pelo país, Paulino se tornou professor universitário e seguiu a vida, conciliando a rotina com o desejo de se manter sempre informado de tudo que acontecia no Brasil. No final de 1971, acompanhou o nascimento do primeiro filho, em Santiago. Assim como os genitores fizeram, escolheu deixar eternizado no filho uma homenagem àqueles que deram a vida em nome do combate à repressão. Nesse caso, duas homenagens: a primeira ao revolucionário Carlos Marighella e a segunda ao guerrilheiro Eduardo Leite, o Bacuri. Nascia, no dia 19 de dezembro, o primogênito do casal: Carlos Eduardo.

Passados alguns meses, a participação ativa de Paulino nas atividades

políticas desenvolvidas no Chile fez com que ele se tornasse um alvo no país. Sem saber se veria novamente a esposa e o filho, se despediu da família no aeroporto de Santiago. A partir daquele momento, seus caminhos tomariam rumos diferentes. Enquanto Beti e o filho retornavam para o Brasil, o militante rumou em direção à Europa. Itália foi o destino escolhido. Depois foi para França, onde, após sessenta dias, reencontrou a companheira e o filho, que, diferente da última vez em que haviam se visto, já andava e balbuciava as primeiras palavras. A Dinamarca também fez parte da lista de países percorridos até que a família aterrissasse novamente em solo chileno.

Imerso em um cenário completamente diferente do que presenciou, durante o primeiro período em que esteve no país, Paulino acompanhou de perto, pela segunda vez, a implementação de um golpe militar. Não tardou para que fosse percebido pelos militares e capturado. Com a esposa grávida de seis meses, viu o filho ter atendimento médico, negado enquanto era interrogado pelos policiais. “Meu filho estava passando muito mal, precisava de atendimento urgente, mas a todo momento eles negavam o socorro. Queriam que entregássemos nossos companheiros a todo custo. Não sabia se eles estavam blefando ou não, eram canalhas, cruéis”, aponta.

Depois de muita resistência do casal, que se manteve firme em negar o fornecimento de qualquer informação sobre quem quer que fosse, Carlos Eduardo foi levado para um hospital. “Já tinha pensado em tudo. Se eles não o socorressem, iria arrancar a metralhadora das mãos de um desses. Estava certo de que a ação muito provavelmente iria terminar com a morte de todos na sala, mas entregar as informações que desejavam não era uma opção”.

De saída do Chile, percorreu ainda em meio ao exílio o Panamá, Peru e Buenos Aires. Foi na Argentina que ficou sabendo do nascimento da filha. Em função das circunstâncias, Beti retornou ao Brasil para ter a menina, batizada como Ana Carolina. O nome, seguindo a tradição

da família, referenciava a companheira Ana Maria Nacinovi, morta por agentes da ditadura. Escolhido por Beti, o segundo nome, Carolina, homenageava a clássica canção, de mesmo título, do cantor Chico Buarque.

Apontada por Paulino como a música que mais marcou a vida de resistência, a canção “Para não dizer que não falei das flores”, imortalizada na interpretação de Buarque, marcou também o tão aguardado retorno ao Brasil. Entoando os trechos “Vem, vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer”, o guerrilheiro cruzou a fronteira mais uma vez. Após quatro anos e meio de exílio, retornava, finalmente, para os braços de sua nação.

De volta ao Brasil, seguiu na militância lutando para que pudesse enfim contemplar o fim do regime. Acabou sendo preso mais quatro vezes, nesses casos por períodos curtos de tempo. “Não voltei para ser um pacato cidadão”, destaca.

O casamento com Beti chegou ao fim em 1976, depois de sete anos de relacionamento. No ano seguinte, conheceu Emir Aparecida Martins, em São Carlos. Com ela, viveu uma relação que durou mais de 30 anos e resultou na chegada de mais dois filhos: Carlos Ernesto, homenagem a Carlos Lamarca e Ernesto Che Guevara e Alexandre, homenagem a Alexandre Vanucchi Leme, militante da ALN.

Atualmente, vive junto à companheira Rose Paulino, com quem compartilha a vida desde 2008. Na casa onde vivem, os quadros com fotos do casal dividem espaço com retratos de figuras de destaque na militância, como Carlos Marighella, Ernesto Che Guevara e Fidel Castro. Por toda a residência, a memória da luta travada contra a tirania se mantém viva. Abarrotada, a estante de livros carrega muito mais do que um amontoado de palavras impressas em papéis amarelados. Cada livro, folheto e manifesto trazem consigo um pouco do homem que segue dedicando a vida aos seus ideais. “Minha vida inteira eu pautei pela minha militância”, afirma.



TRES COMANDANTES
(CHE, CAMILO, FIDEL)
CUBA 1959 FOTO R. CORRALES



Enlace "Che" "Gobierno del 14 de agosto de 1959 en Rosario, Provincia de Santa Fe, Argentina"

Desde que a ditadura chegou ao fim, compartilhar conhecimento e reflexões sobre o período é um de seus principais objetivos na militância. Com uma passagem duradoura na política de Ribeirão Preto, é autor de livros e de projetos sociais que visam à promoção espaços de trocas de conhecimento a respeito do regime. Mostrar o que foi a ditadura e tudo que ela representou para quem sobreviveu e, principalmente, para quem não teve a mesma sorte, é o que motiva a prática de atividades como palestras em escolas públicas e privadas na região de Ribeirão Preto. “É um trabalho que eu gosto muito, acho que é o trabalho mais importante que a gente faz. Falar sobre isso é uma tarefa, uma homenagem aos que morreram, porque são muitos que não estão mais aqui para contar”, diz.

Mencionar os guerrilheiros que perderam a vida em nome da resistência traz aos olhos o reflexo da emoção. Nem mesmo falar sobre as dores físicas que sentiu ou sobre a tortura psicológica que foi vítima parece alcançar um lugar tão profundo nos sentimentos de Paulino, quanto se lembrar dos companheiros de luta silenciados pelo regime. Por muitos anos, a culpa por não ter ofertado a própria vida em favor das causas defendidas nebulou os pensamentos do guerrilheiro.

“Durante muito tempo eu passei pensando que eu deveria ter morrido também, que eu era um inútil por não ter me sacrificado junto com tantos outros. Até eu escrever o livro, eu estava com isso na cabeça. Herói nessa história para mim, são meus companheiros que morreram”.

A voz, mantida firme até então, tenta driblar as falhas ao falar sobre os que seguem desaparecidos. “Imagina o desespero de uma mãe que não pôde enterrar o filho. Sumiam até com o cadáver. Uma coisa terrível”, lamenta.

Enquanto relembra histórias compartilhadas com camaradas que já não estão mais entre nós, os pensamentos de Paulino são interrompidos por um miado conhecido: é o gatinho sem dono que ronda a vizinhança e todos

os dias busca no quintal da casa o pote de ração, sempre ofertado pelo casal. O chamado do felino indica que a entrevista caminha para o fim. “Ele aparece todos dos dias para comer e beber água. É sempre neste horário, já está acostumado”, explica, enquanto ajeita cuidadosamente a ração no pote.

O fim da entrevista também traz a lembrança de uma tarefa que precisa ser feita com urgência. É preciso que mais exemplares do livro *Tempo de Resistência* sejam impressos. Isso porque, além das palestras que ministra no município e na região, o militante realiza a distribuição de exemplares da obra e já se organiza para o lançamento de mais uma edição do livro. O compartilhamento de sua história de vida, principalmente com as últimas gerações, é como um propósito, aquilo que dá sentido a sua existência.

Desde o fim da ditadura, a forma de resistir mudou muito. Acostumado com a linha de frente, com fugas e escaladas em muros, com armas na cintura, documentos falsos, esconderijos improvisados, interrogatórios intensos, reuniões secretas e sacrifícios pessoais pesados, Paulino agora tem a casa como trincheira e as memórias como arma.

A idade não trouxe a desistência, apenas mudou a forma de resistência. Leopoldo não foi um guerrilheiro, Leopoldo é. O verbo conjugado no presente, mesmo após cerca de 40 anos do fim da ditadura, se expressa na firmeza do punho erguido.

Foto: Larissa Vieira



Foto: Letícia Vieira



POR TRÁS DA ARMADURA

(Ninfa)



Delicado como se pudesse pedir licença, o refrescante odor de pinheiro invade os pulmões e purifica quem chega da rua assim que a porta da sala se abre. Do lado de dentro, Maria Aparecida dos Santos, ou Cidinha, como é chamada desde a juventude, se põe inquieta, enquanto se atenta aos detalhes para acomodar as visitas. Em instantes, a jarra de água gelada é posta na pia da cozinha e o café passado no coador de pano fica pronto. Se espalhando pelo ar, o cheiro se une ao do pinheiro e juntos preenchem o ambiente. Adoçado na medida certa, cinco colheres de pó para três de açúcar, o café é servido num conjunto floral de xícara e pires, um dos poucos existentes na casa, escolhido categoricamente com a explícita intenção de agradar.

Cuidadosa, Cidinha faz questão de tirar toda a papelada apoiada sobre a mesa da cozinha, utilizada como local de estudo, e estender uma toalha no móvel. Se acomodando na cadeira, ajeita

os óculos no rosto, retira a tiara que prende as pequenas franjas e sinaliza estar pronta. Tendo a memória como máquina do tempo, calibra o equipamento e regressa ao passado, mais precisamente, no sufocante lapso em que flertou com a morte lutando pela vida.

De feição séria, tom de voz tão baixo que beira ao sussurro, cabelos contagiados por um sólido grisalho, estatura baixa, corpo magro e pés pequenos aconchegados em sandálias com meias, Cidinha esconde em sua pequenez, presente até no apelido, a bravura de uma guerreira. Forte o bastante para enfrentar de cabeça erguida os horrores da ditadura-empresarial- civil-militar, maneira que julga correta denominar o período controlado pela repressão, sobreviveu às torturas praticadas na sala do DOPS e recebeu das mãos do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra o alvará de soltura que lhe devolveu às ruas após mais de três anos de prisão.

Aos 76 anos, se desculpa antecipadamente por possíveis falhas na memória ao revisitar o passado, mas não se esquece dos detalhes do dia 15 de dezembro de 1972. Colocada frente a frente a Ustra, olhou nos sádicos olhos do coronel e se viu morta, atirada em uma sarjeta qualquer com a boca cheia de formigas, apodrecendo sem que ninguém desse conta de sua ausência. Descrito por Ustra, o cenário ilustrava qual seria o destino da jovem militante, de apenas 25 anos, caso decidisse retornar à resistência após ter nas mãos a liberdade. "Essa imagem me acompanhou por bastante tempo. Enquanto ele falava, eu olhava para ele. Não estava desafiando, não era uma disputa, só queria que ele olhasse bem nos meus olhos e voltasse para si, para o papel que estava fazendo. Ele tinha todo o poder nas mãos. E eu? Tinha o quê?".

Consciente da militância da qual a família fazia parte, Ci-



dinha cresceu vendo os endereços por onde morou sendo utilizados como pontos de encontros para reuniões do Partido Comunista Brasileiro. Foi dentro de casa que aprendeu a falar em tom de voz baixo, como quem teme estar sendo espionada. Mesmo após cerca de 40 anos, desde o fim da ditadura, o costume se tornou traço de personalidade e continua sendo mantido, com raríssimas exceções.

Se no passado estava habituada a conviver em ambientes compartilhados, seja em casa com a família, nos esconderijos com os companheiros, ou nas celas com as detentas, no presente, leva a vida tendo a si própria como principal companhia. Sem nunca ter se casado ou tido filhos, Cidinha mora sozinha, mas não tão sozinha assim. Divide a casa com ao menos três gatinhos. Um deles chegou de forma convencional, por meio de doação, já os outros dois são agregados, que enxergaram na varanda da residência um lar provisorio, onde sempre encontram comida, água e companhia afetuosa.

Nos dias de maior agitação dos felinos na varanda, as visitas trazem à mente lembranças das tardes de “brincadeiras dançantes”. Recordadas com carinho e nostalgia, as celebrações aconteciam, na maioria das vezes, na casa de Cidinha, que recebia os visitantes com o mesmo zelo que mantém. Lanches rápidos e refrigerantes gelados eram saboreados entre conversas e danças embaladas pelo som da vitrola, daí o nome “brincadeiras dançantes”. À primeira vista, o encontro parecia ser só mais uma típica brincadeira entre jovens do colegial. Pelo menos era isso que os oficiais deveriam pensar. Sem relevar para os colegas, Cidinha e a família organizavam os momentos de lazer para que os membros do PCB pudessem se reunir em outros cômodos sem que ninguém estranhasse a movimentação.

Enquanto no quintal os jovens se divertiam, em al-

gum lugar dentro da casa, os companheiros discutiam estratégias para tirar das mãos da tirania o controle da nação. “Eu adorava aquelas brincadeiras dançantes. Com aquele espírito de 17 anos, a gente achava que estava enganando a polícia”. Retornar a um ponto do passado em que a alegria borbulhava em meio à efervescência da repressão, faz Cidinha reviver o sentimento de angústia que consumiu o peito e comprimiu os pulmões na manhã seguinte ao golpe. Durante toda a semana que antecedeu o anúncio no rádio, a sensação de que algo grande estava prestes a acontecer era compartilhada pela família e pelos amigos da resistência.

Apesar da sessão extraordinária que desapossou João Goulart ter acontecido no dia 1º de abril, para Cidinha, o golpe foi aplicado já no dia 31 de março, quando o avanço das tropas militares se iniciou. Sem televisão em casa, as notícias eram acompanhadas às cegas pelo rádio.

Quando o golpe se consolidou e deixou de ser um pesadelo para se tornar realidade, o silêncio ensurdecido se instaurou. “Foi dado o golpe e veio o silêncio. A polícia já começou a agir. A gente ficou esperando reação de algum lugar, porque não tinha nada que pudesse se contrapor naquele momento. Foi como se virasse uma chave, aquela liberdade que a gente tinha de, por exemplo, fazer grupinhos na praça para conversar, acabou, já não podia mais”, diz.

As horas seguintes ao comunicado foram marcadas pela mobilização dos militantes em avisar o maior número de companheiros possível sobre as últimas notícias colhidas no rádio. Ao mesmo tempo em que corriam contra o tempo para reunir forças contra o regime, a angústia se solidificava pesando o peito.

“É uma coisa que te oprime, aquela angústia. A respiração

falta, tudo que passa pelo cérebro se espalha pelo corpo e pega o pulmão. Uma sensação que não se explica. Você toma água, come açúcar, mas não passa. É uma ansiedade tremenda”, descreve. Em cerca de dois meses a força policial se intensificou por toda a cidade. O som da vitrola já não mais embalava as brincadeiras dançantes, que passaram a acontecer com uma frequência reduzida. As conversas dentro de casa se transformaram em sussurros. Ribeirão Preto estava tomada por espões do regime.

Cada vez mais atuante na militância, Cidinha teve o pai como referência diária de resistência. A convite de um vizinho, o patriarca da família ingressou no partido e a política passou a fazer parte do dia-a-dia. Interessada em tudo que acontecia pelo mundo, a menina devorava jornais impressos e ouvia atentamente as atualizações de importantes conflitos mundiais pelo rádio. Junto à família, saiu da zona rural de Goiás de mudança para Ribeirão Preto, cidade onde permaneceu até o dia que, respondendo a um chamado da resistência, colocou o pé na estrada.

Os destinos que percorreria pouco importavam. Se iria para São Paulo, Araraquara ou até mesmo para fora do país, Cidinha não sabia, mas também não fazia questão de descobrir. Carregava no coração a certeza de que faria o que fosse preciso pelos companheiros, inclusive pegar em armas junto aos demais membros da Ação Libertadora Nacional. No instante em que escolheu a militância, fez dela o fim último de sua vida. Não havia tempo para se arrepender, apenas para lutar.

Já em São Paulo, a militante desempenhou uma série de atividades dentro da resistência organizada que rendeu aos militares



a crença de ser ela uma importante fonte de informações. No ninho de um dos maiores centros de tortura da ditadura, Cidinha se fez muralha e resistiu sem delatar nenhum de seus companheiros.

O ano de 1969 caminhava para o fim. No céu, brilhava derra-deiros raios de sol no anoitecer de uma quarta-feira nada convencional. Abaixo de tapas, ameaçadas e insultos, Cidinha foi capturada pela Operação Bandeirante (Oban). A jovem, que na militância assumia o codinome Vilma, enxergava pela janela do carro dos agentes o que imaginava ser a última vez em que veria as ruas de São Paulo.

Cidinha foi presa em uma emboscada ao retornar para o apartamento onde vivia junto a outros militantes. Já era por volta das 18h, quando o ônibus vindo de Ribeirão Preto chegou à capital. O bate e volta com final inesperado tinha dois objetivos que foram cumpridos com sucesso: matar a saudade dos familiares na cidade onde passou a infância, adolescência e início da juventude e compartilhar com os companheiros do interior notícias trazidas de São Paulo.

A movimentação diferente ao redor do prédio despertou um sinal de alerta. Apesar da desconfiança, decidiu subir ao apartamento e quando a porta da sala se abriu, revelando o rosto de um homem desconhecido, entendeu que havia caído.

Acostumada a participar de atos políticos, hasteou bandeiras muitas vezes durante manifestações. O vermelho rubro sempre esteve presente em sua vida, mas dentro da sala de tortura, ele nem de longe se parecia com aquele carregado de simbolismos libertadores que costumava erguer.

A cor, presente no chão e nas paredes, vinha do sangue de um dos companheiros com quem dividia aparta-

mento. Morto pelos militares em uma intensa sessão de tortura, ele havia sido preso junto à esposa e a filha de colo durante a manhã, enquanto Cidinha ainda estava na estrada.

“Mostravam o sangue do nosso companheiro nas paredes para todos os presos. A gente era torturada em cima do sangue no taco e não precisavam nem falar, sabia que ele tinha morrido. É um dos que foram dados como desaparecidos”, recorda com pesar.

Sua chegada ao pátio da operação foi recebida com espanto pelos militares. No lugar, todos tinham uma ideia preconcebida de qual deveria ser a aparência da militante Vilma, integrante da ALN de Carlos Marighella, engajada na luta armada e envolvida em ações de expropriação de bancos. O corpo franzino de pouco mais de 43 quilos que se apresentou junto aos militares não correspondia às expectativas criadas.

A pequenez, entretanto, não foi suficiente para despertar piedade dos torturados — muito pelo contrário. Conduzida a empurrões até o interior da sala, Cidinha foi interrogada por horas e se manteve firme, recusando-se a fornecer qualquer informação que pudesse prejudicar os companheiros que seguiam a luta do lado de fora. Por vezes, desejou morrer para que as pavorosas torturas fossem cessadas. “Não é humano o que eles faziam, eu não sei nem como qualificar a tortura, a gozação, o deboche deles”.

Mais de 50 anos depois dos episódios vividos, narrar os detalhes de tudo que passou pesa a respiração e traz um ar ofegante à fala. Chorar seria uma reação esperada e comum ao recordar tantos abusos, dores e humilhações, mas não para Cidinha. A seriedade que traz no semblante é mantida até nos piores momentos, como

uma espécie de mecanismo de defesa, entendido por toda mulher.

Jovem, pequena, desprovida de força física e lida como o sexo frágil, Cidinha estava sozinha em uma sala repleta de homens dispostos a cometer barbaridades. Para sobreviver ao que sabia estar por vir, transformou o corpo em armadura. Dor física e deterioração psicológica não poderiam ser mais fortes do que a defesa de seus ideais e a lealdade jurada aos companheiros.

Espancada, xingada, zombada e ameaçada, Cidinha foi assolada por diferentes técnicas de tortura. Primeiro, teve a roupa arrancada do corpo com brutalidade por um dos torturadores. Os botões cobertos de pano da camisa costurada pela mãe foram todos arrebetados com um só puxão. Nua, foi envergonhada, assediada, diminuída e desumanizada. “Eu reagi e eles tiraram a minha roupa, fiquei num canto, jogada. Esses fascistas são valentes quando estão em grupo, mas eu não ia deixar isso me vencer”.

“Pegavam pelo cabelo e me levantavam. Eu não chorava, mas a lágrima descia. Aquela lágrima não era de choro normal, era uma lágrima que não dava para controlar”, detalha Cidinha enquanto passa as mãos pelos cabelos que um dia foram longos, como se ainda pudesse sentir a pressão daquelas mãos sobre a cabeça.

Enfraquecida, a militante passou pelo castigo na parede, onde foi colocada de pé com os braços erguidos. Quando o cansaço a derrubava, tinha as pernas chutadas com violência. Passou pela palmatória, que lhe rendeu mãos inchadas e ausência de movimentos. Depois, foi colocada na temida cadeira do dragão. Foi nela que Cidinha se viu mais humilhada.

Com o corpo enfraquecido, dores que irradiavam por toda

a estrutura física e o emocional abalado, ela não conseguiu controlar a necessidade fisiológica e acabou urinando entre um choque e outro. Diante do que já tinha resistido sem estremecer, a demonstração de vulnerabilidade doeu mais no seu íntimo do que no corpo. Como se não bastasse a dor, foi zombada.

Ao ter a mente contagiada pela lembrança, se esquece dos espíritos e eleva o tom de voz involuntariamente, pela primeira vez. Os xingamentos direcionados ao homem que a humilhou são proferidos no calor do momento. Maldito, bandido, desgraçado... nada parece ser o suficiente para definir o sentimento que a sufoca. “Ele olhou para mim e falou: “olha a mijada que ela deu”. Aquilo me pegou. Foi a pior humilhação para mim. Me desmilinguiu. Não é questão de moralismo, mas o tom, o deboche que ele falou. A covardia”.

Passou ainda pelo pau de arara, onde permaneceu por mais de meia hora consecutiva sentindo o corpo colapsar. O desgaste físico foi tanto, que chegou a perder a consciência, mas manteve em sigilo tudo que sabia sobre a resistência. Na manhã seguinte, outra sessão na cadeira do dragão, mais puxões de cabelo, pancadas no ouvido, humilhações e torturas psicológicas. Entre agressões e interrogatórios, Cidinha enfrentou os mais de três anos de prisão, tendo os jornais e as experiências das outras detentas como principais fontes de informação para saber o que acontecia do lado de fora dos muros do Presídio Tiradentes.

Na pequena cela que dividia com as companheiras, presas acusadas por crimes semelhantes, Cidinha sentiu o corpo adoecer ao passo que entrava na rotina e se desfazia da armadura construída para suportar a arbitrariedade do regime. De início vieram as dores nas pernas, causadas pelos chutes que levou nos castigos na parede.

Na sequência, a tontura e a labirintite. Depois, foi a vez da audição se enfraquecer e da insônia começar a fazer parte de todas as noites.

De todas as sequelas deixadas pelo período em que esteve presa e pelas torturas que sofreu, a dificuldade para dormir é a que mais perturba a vida de Cidinha. A insônia que transformou as noites de sono em cochichos oscilantes, começou ainda dentro do Tiradentes, quando se sentia assombrada pelos imprevisíveis interrogatórios que aconteciam durante as madrugadas.

“Lá dentro, eu não dormia a noite. Só dormia um pouquinho durante o dia, porque eu tinha medo de ser chamada para os interrogatórios e acordar desnorteada, despreparada”, diz.

Já em liberdade, deitar a cabeça no travesseiro nunca mais foi como antes. O sono se tornou leve como uma pluma e qualquer mísero barulho a faz despertar. Bons anos se passaram até que se acostumasse com a ideia de ter um despertador. Toda vez que o aparelho tocava, Cidinha tinha o corpo eivado por um tremor repentino e o coração disparado em taquicardia.

O escurecer do céu traz a ela uma sensação difícil de decifrar. Vive em alerta, como se a qualquer momento pudesse voltar a enfrentar todos os pesadelos do passado. “Não gosto da noite”.

Desde que saiu do presídio, Cidinha continuou na militância, apesar do impacto causado pelas ameaças de Ustra. O medo de ser jogada em uma sarjeta e ter a boca infestada por formigas não foi capaz de vencer o desejo de ver o regime ruir. Atuou na arrecadação de fundos grevistas, coleta de assinaturas para abaixo-assinados, organização de reuniões e no que mais foi necessário durante os anos de enfraquecimento do governo.

“Sou muito animada quando a gente entra numa luta e vai conseguindo andar um centímetro, dois centímetros. Quando a ditadura acabou, eu estava militando, então posso dizer que participei de tudo isso”.

Depois de horas de conversa, lembrar do fim da ditadura sinaliza o fim de uma viagem de volta ao passado. Em um instante, três versões de uma mesma mulher se unem e se despin-do, por escolha própria, da armadura vestida por longos anos, Maria Aparecida dos Santos, Vilma e Cidinha enfeitam o rosto com um sorriso genuíno, contagiando tudo ao seu redor.



ABAIXO A DITADURA!

Handwritten scribbles, possibly including the word "DITADURA" in reverse.

Handwritten graffiti consisting of stylized, blocky letters, possibly spelling "MUR" or "MUR" with a large "R" below it.

A LUTA CONTINUA
(Libélula)



Dores de uma vida que se mantêm presentes na memória e no corpo. Lutar pelo que se acredita, mudar a rota da caminhada e se colocar em situações perigosas sem a menor confirmação de que daria certo. E no final das contas, será que deu certo? Para quem dedicou a vida, se sujeitando a torturas, abusos, perseguições e incertezas, passar dos 70 anos, pulsando desejo de resistir e seguir lutando pelos ideais defendidos durante toda a trajetória, talvez seja a confirmação de que sim, deu certo.

Ninguém é obrigado a lutar, a colocar ideais a frente da própria sobrevivência, abrindo mão de qualidade de vida, tranquilidade e comodidade. Ao nascer, os seres humanos não recebem um manual do que é certo ou errado, ou de quais decisões tomar para que a vida faça sentido. Algumas pessoas, passam toda a existência procurando a razão de estarem aqui, o porquê continuar vivendo

em meio a tantas dificuldades e complexidades do mundo. Outras, escolhem seguir no automático, como se entregassem o corpo à correnteza de um rio. Há ainda quem se agarra a princípios, ideologias e ideais, fazendo disso um motivo para acordar todos os dias.

Se não há um manual universal de caminhos corretos para ser seguido, isso significa que esse guia de atitudes, que dão sentido aos dias, é construído individualmente e carregado por cada um como um livreto de bolso. A vida humana não pode ser analisada com uma métrica, não é uma ciência exata e está longe de ser. Julgar algo ou alguém como 100% bom ou ruim, certo ou errado, torna-se tão pequeno quanto imaginar que apenas uma existência linear, sem dúvidas ou equivocados, deve ser admirada, se é que ela existe.

A sociedade é formada por pessoas e, assim como elas, está em constante modificação. Se todos os atos, por menores que sejam, são políticos, todo indivíduo deve ser considerado um agente social, capaz de impulsionar mudanças no meio em que está inserido. Tendo essa reflexão como máxima, milhares de pessoas espalhadas pelo mundo escolhem todos os dias abdicar-se de vontades individuais para que um futuro coletivo seja possível.

De acordo com o historiador Pedro Colucci, a maneira como membros da resistência contra a ditadura militar em todo o território brasileiros se mantiveram na defesa de ideais, mesmo que isso muitas vezes significasse a própria morte, demonstra a capacidade humana de se entender como ser social, que se completa no coletivo. “A resistência do povo brasileiro em afrontar uma ditadura militar deve ser reconhecida. Vamos militantes foram alvos de perseguições políticas, prisões arbitrárias, entre outras questões. Essa resistência é fruto de uma conexão com uma ideia de futuro melhor,

pois a luta pelos menos afortunados, os perseguidos, os indesejáveis, na visão do grupo militar, era algo que unificava esses povos, algo que mantinha o espírito de luta vivo, mesmo sendo constantemente massacrados e oprimidos pelo poder público”, aponta.

No Brasil, e também na região de Ribeirão Preto, os grupos organizados contra o avanço da ditadura por muitas vezes apresentaram divergências de pensamentos e planejamentos. A partir dessas incompatibilidades, organizações surgiram e do mesmo modo deixaram de existir. Os fatos, não permitem que a militância cultivada na época e florescida desde então seja lida como perfeita e intocável. A realidade, comprovada por documentos, pesquisas e depoimentos de quem participou efetivamente desses grupos que se entrincheiravam pelo país, demonstra que diversos erros foram cometidos, por inúmeros fatores: falta de recursos, base ideológica desestruturada, precariedade na comunicação, déficit de letramento racial, falta de conhecimento, incompatibilidades internas e tantos outros.

Mas, apesar das inconstâncias, por um período, que para muitos ainda não terminou, cidadãos comuns se transformaram em guerrilheiros, dispostos a enfrentar o desconhecido em defesa do fim de um regime que espalhou rastros de morte e retrocesso por onde passou. “O período da ditadura militar representou uma época de extrema opressão e repressão a grupos minoritários. Essa repressão trouxe danos irreversíveis para várias famílias que tiveram entes queridos executados a sangue frio pelas mãos de militares. Esse período marca uma ruotura grande do tecido social brasileiro”, explica Colucci.

Quem escolheu a luta à apatia de assistir covas serem abertas diariamente pelos militares, não tinha como saber se no final daria certo, não sabiam nem se haveria um final. Enquanto tinham os

corpos e os direitos violados em sessões de torturas em frente aos próprios filhos, homens e mulheres não tinham certeza que os veriam crescer, mas lutaram por isso. Ao receber choques tão fortes que faziam o mundo ao redor desaparecer por alguns segundos, militantes não podiam confiar que a recusa em entregar nomes e endereços de companheiros iria protegê-los, mas resistiram em nome disso. Depois de serem soltos de presídios onde passaram fome, sede e noites em claro, guerrilheiros temeram retornar à luta e se verem novamente atrás das grades, mas continuaram mesmo assim. Diante a essas situações, era a esperança que os mantinham em pé.

Foi essa mesma esperança que levou, em um período pós-ditadura, Áurea Moretti Pires a ingressar no trabalho voluntário, a partir de plantas medicinais, destinado ao cuidado da população carente. Levou também ao empenho de esforços na luta pela Reforma Agrária ao lado de membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra na região de Ribeirão Preto. Natural de São Joaquim da Barra (SP), Áurea nasceu em 1944 e passou boa parte da vida em uma fazenda na cidade. Durante a juventude, mudou-se para Ribeirão Preto onde cursou enfermagem.

Estudante da Universidade de São Paulo (USP), fez parte de grupos organizados de resistência, incluindo as FALN. Poucos meses após o golpe, Áurea foi presa pelo regime e passou três anos e meio em presídios no estado de São Paulo. Durante depoimento, disponibilizado no site da Prefeitura de Ribeirão Preto, a militante detalhou as torturas mentais, os espancamentos e as tentativas de estupro que sofreu no cárcere.

Na história da resistência ribeirãopretana, a enfermeira tem protagonismo. Como uma das lideranças das FALN, cola-

Cúlis: **branca** Cabelos: **cast.** Olhos: **cast.**
 Sobrancelhas: **cast. escura** Barba: **---** Bigode: **---**
 Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens: **não**
 Profissão: **estudante** Estado civil: **solteira** Nacionalidade: **brasileira**
 Lugar onde nasceu: **São Joaquina da Barra** Instrução: **university**
 Residência (declarada) **Rua Benjamin Constant, 185-Rib. Preto**
 D



R. Q. - R. P. - Mod. 3

Delegacia Sec. 1ª de Pol. N. 1
 Delegacia Sec. 1ª de Pol. N. 1

REGISTRO GERAL N. 1

Data: 20

Delegacia Sec. 1ª de Pol. N. 1
 S.O.P.S.
 Recebido Foto 69

Nome: Luzia...

Sexo: F

borou na estruturação de muitas manifestações e edições do jornal *O Berro*. Depois do período em que esteve presa, Áurea voltou para a faculdade, mas passou a ser monitorada pelo sistema. Em relatos, a enfermeira aponta ter tido dificuldade em continuar a vida, devido às perseguições. “Onde eu ia, os militares iam atrás. E não deixavam trabalhar. Fui para o Acre, para a Universidade Federal do Acre. E também lá, no momento, se descobrisse, era demitido por justa causa. Sempre era assim”, disse.

Mãe de dois filhos e avó, Áurea passou os últimos anos de vida se dedicando ao trabalho de construir um mundo melhor. Na prática, isso significou, para ela, o apoio oferecido à causa dos trabalhadores rurais.

A militante morreu em 2022, aos 78 anos, em decorrência de uma doença degenerativa. Até o fim da vida, Áurea acreditou ser possível melhorar a realidade e depositou essa esperança não só no esforço feito por ela e pelos companheiros de resistência, mas também no das futuras gerações. Para a mulher que enfrentou e resistiu ao regime, nada foi em vão.

“Acho que valeu. Que a gente contribuiu com a história do Brasil. Procuramos contribuir com a história de Ribeirão. E, não é que a gente faz tudo de novo. É que a gente nunca parou de lutar pelo mesmo ideal. De outro modo, com outros instrumentos. Hoje, o que dou mais apoio é ao MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. Que, no meu entendimento, na luta deles está contido muito da nossa luta. E, da esperança que a gente tem, no futuro. Que nada foi em vão. E que as próximas gerações, devagar, vão conseguir um mundo melhor que nós sonhamos, até hoje”, afirmou em entrevista ao projeto *Memória Oral (MIS)*.

Embora a conquista desse sonhado “mundo melhor” soe utopia

a alguns ouvidos, em outros é recebido como o mais belo cântico de esperança. “A militância brasileira teve frutos em direitos conquistados deviao à resistência, como por exemplo, os direitos conquistados na elaboração da Constituição de 1988, já que na constituinte tivemos representantes de grupos oprimidos reivindicando direitos antes negados. Além disso, tivemos a consolidação de movimentos sociais na política nacional e o surgimento de partidos importantes para o cenário político brasileiro. Uma vitória da democracia”, afirma.

Fruto da reprodução de ideais, o ovo da esperança vem ao mundo. A ninfa eclode e enfrenta os obstáculos da vida enquanto luta pela sobrevivência. O processo metamórfico caminha para que a fase adulta possa surgir e ser contemplada em sua plenitude. Com ampla visão, corpo resistente e voo pujante, a libélula adulta delicadamente irradia renovação. O bater das asas translúcidas anuncia o início de uma jornada desafiadora. A luta ainda não acabou.



Foto: Letícia Vieira

EM MEMÓRIA

Abelardo Rausch Alcântara
Abílio Clemente Filho
Aderval Alves Coqueiro
Adriano Fonseca Filho
Afonso Henrique Martins Saldanha
Aides Dias De Carvalho
Albertino José De Oliveira
Alberto Aleixo
Alceri Maria Gomes Da Silva
Aldo De Sá Brito Souza Neto
Alex De Paula Xavier Pereira
Alexander José Ibsen Voeroes
Alexandre Vannucchi Leme
Alfeu De Alcântara Monteiro
Almir Custódio De Lima
Aluísio Palhano Pedreira Ferreira
Alvino Ferreira Felipe
Amaro Félix Pereira
Amaro Luiz De Carvalho
Ana Maria Nacinovic Corrêa
Ana Rosa Kucinski Silva
Anatália De Souza Melo Alves
André Grabois
Angelina Gonçalves
Ângelo Arroyo
Ângelo Cardoso Da Silva
Ângelo Pezzuti Da Silva
Antogildo Pacoal Vianna
Antônio Alfredo De Lima
Antônio Bem Cardoso
Antônio Benetazzo
Antônio Carlos Bicalho Lana
Antônio Carlos Monteiro Teixeira
Antônio Carlos Nogueira Cabral
Antônio Carlos Silveira Alves
Antônio De Pádua Costa
Antônio Dos Três Reis Oliveira
Antônio Ferreira Pinto
Antônio Guilherme Ribeiro Ribas
Antônio Henrique Pereira Neto
Antônio Joaquim De Souza Machado
Antônio Joaquim Machado
Antônio José Dos Reis
Antonio Luciano Pregoni
Antonio Marcos Pinto De Oliveira
Antônio Raymundo Lucena
Antônio Sérgio De Mattos
Antônio Teodoro De Castro
Ari Da Rocha Miranda
Ari De Oliveira Mendes Cunha
Ari De Oliveira Mendes Cunha
Ari Lopes De Macedo
Arildo Valadão
Armando Teixeira Frutuoso
Arnaldo Cardoso Rocha
Arno Reis
Ary Abreu Lima Da Rosa
Augusto Soares Da Cunha
Áurea Eliza Pereira
Aurora Maria Nascimento Furtado
Avelmar Moreira De Barros
Aylton Adalberto Mortati
Benedito Gonçalves
Benedito Pereira Serra
Bergson Gurjão Farias
Bernardino Saraiva

Boanerges De Souza Massa
Carlos Alberto Soares De Freitas
Carlos Antunes Da Silva
Carlos Eduardo Pires Fleury
Carlos Lamarca
Carlos Marighella
Carlos Nicolau Danielli
Carlos Roberto Zanirato
Carlos Schirme
Carmem Jacomini
Cassimiro Luiz De Freitas
Catarina Helena Abi-Eçab
Célio Augusto Guedes
Celso Gilberto De Oliveira
Chael Charles Schreier
Cilon Da Cunha Brum
Ciro Flávio Salazar Oliveira
Cloves Dias Amorim
Custódio Saraiva Neto
Daniel José De Carvalho
Daniel Ribeiro Callado
Darcy José Dos Santos Mariante
David Capistrano Da Costa
David De Souza Meira
Dênis Casemiro
Dermeval Da Silva Pereira
Devanir José De Carvalho
Dilermano Melo Nascimento
Dimas Antônio Casemiro
Dinaelza Soares Santana Coqueiro
Dinalva Oliveira Teixeira
Divino Ferreira De Souza
Divo Fernandes D'oliveira
Djalma Carvalho Maranhão
Dorival Ferreira
Durvalino De Souza
Edgard Aquino Duarte
Edmur Péricles Camargo
Edson Luis De Lima Souto
Edson Luiz Lima Souto
Edson Neves Quaresma
Edu Barreto Leite
Eduardo Antônio Da Fonseca
Eduardo Collen Leite
Eduardo Collier Filho
Eivaldo De Palha Freira
Eliane Martins
Elmo Corrêa
Elson Costa
Elvaristo Alves Da Silva
Emanuel Bezerra Dos Santos
Enrique Ernesto Ruggia
Epaminondas Gomes De Oliveira
Eremias Delizoicov
Eudaldo Gomes Da Silva
Evaldo Luiz Ferreira De Souza
Ezequias Bezerra Da Rocha
Félix Escobar Sobrinho
Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira
Fernando Augusto Valente Da Fonseca
Fernando Borges De Paula Ferreira
Fernando Da Silva Lembo
Flávio Carvalho Molina
Francisco Das Chagas Pereira
Francisco Emanuel Penteadó
Francisco José De Oliveira
Francisco Manoel Chaves
Francisco Seiko Okama
Francisco Tenório Júnior
Frederico Eduardo Mayr
Gastone Lúcia Carvalho Beltrão
Gelson Reicher
Geraldo Bernardo Da Silva
Geraldo Da Rocha Gualberto
Gerardo Magela Fernandes Torres
Gerosina Silva Pereira
Gerson Theodoro De Oliveira
Getúlio De Oliveira Cabral
Gilberto Olímpio Maria
Gildo Macedo Lacerda
Gilson Miranda
Grenaldo De Jesus Da Silva
Guido Leão
Guilherme Gomes Lund
Hamilton Fernando Cunha
Hamilton Pereira Damasceno
Helber José Gomes Goulart
Hélcio Pereira Fortes
Helenira Rezende De Souza Nazareth
Heleny Ferreira Telles Guariba

Hélio Luiz Navarro De Magalhães	João Mendes Araújo
Henrique Cintra Ferreira De Ornellas	João Pedro Teixeira
Higino João Pio	João Roberto Borges De Souza
Hiran De Lima Pereira	Joaquim Alencar De Seixas
Hiroaki Torigoe	Joaquim Câmara Ferreira
Honestino Monteiro Guimarães	Joaquim Pires Cerveira
Iara Iavelberg	Joel José De Carvalho
Ichiro Nagami	Joel Vasconcelos Santos
Idalísio Soares Aranha Filho	Joelson Crispim
Ieda Santos Delgado	Jonas José Albuquerque Barros
Iguatemi Zuchi Teixeira	Jorge Alberto Basso
Inocência Pereira Alves	Jorge Aprígio De Paula
Íris Amaral	Jorge Leal Gonçalves Pereira
Ishiro Nagami1	Jorge Oscar Adur
Ismael Silva De Jesus	José Bartolomeu Rodrigues De Souza
Israel Tavares Roque	José Campos Barreto
Issami Nakamura Okano	José Carlos Da Costa
Itair José Veloso	José Carlos Novaes Da Mata Machado
Iuri Xavier Pereira	José Dalmo Guimarães Lins
Ivan Mota Dias	José De Oliveira
Ivan Rocha Aguiar	José De Souza
Izis Dias De Oliveira	José Ferreira De Almeida
Jaime Petit Da Silva	José Gomes Teixeira
James Allen Da Luz	José Guimarães
Jana Moroni Barroso	José Huberto Bronca
Jane Vanini	José Idésio Brianezi
Jarbas Pereira Marques	José Inocência Barreto
Jayme Amorim Miranda	José Isabel Do Nascimento
Jean Henri Raya Ribard	José Júlio De Araújo
Jeová Assis Gomes	José Lavechia
João Alfredo Dias	José Lima Piauhy Dourado
João Antônio Abi-Eçab	José Manoel Da Silva
João Barcellos Martins	José Maria Ferreira De Araújo
João Batista Franco Drummond	José Maurílio Patrício
João Batista Rita	José Maximino De Andrade Netto
João Bosco Penido Burnier	José Mendes De Sá Roriz
João Carlos Cavalcanti Reis	José Milton Barbosa
João Carlos Haas Sobrinho	José Montenegro De Lima
João De Carvalho Barros	José Nobre Parente
João Domingos Da Silva	José Porfirio De Souza
João Domingues Da Silva	José Raimundo Da Costa
João Gualberto Calatroni	José Roberto Arantes De Almeida
João Leonardo Da Silva Rocha	José Roberto Spiegner
João Lucas Alves	José Roman
João Massena Melo	José Sabino

José Sílton Pinheiro
José Soares Dos Santos
José Toledo De Oliveira
José Wilson Lessa Sabag
Juan Antônio Carrasco Forrastal
Juarez Guimarães De Brito
Juarez Rodrigues Coelho
Kleber Lemos Da Silva
Labib Elias Abduch
Labibe Elias Abduch
Lauriberto José Reyes
Leopoldo Chiapetti
Líbero Giancarlo Castiglia
Lígia Maria Salgado Nóbreg
Lincoln Bicalho Roque
Lincoln Cordeiro
Lourdes Maria Wanderley Pontes
Lourenço Camelo De Mesquita
Lourival De Moura Paulino
Lúcia Maria De Souza
Lucimar Brandão Guimarães
Lucindo Costa
Lúcio Petit Da Silva
Luís Alberto Andrade De Sá E Benevides
Luís Almeida Araújo
Luís Antônio Santa Bárbara
Luis Paulo Da Cruz Nunes
Luísa Augusta Garlippe
Luiz Affonso Miranda Da Costa Rodrigues
Luiz Almeida Araújo
Luiz Carlos Augusto
Luiz Carlos De Almeida
Luiz Eduardo Da Rocha Merlino
Luiz Eurico Tejera Lisbôa
Luiz Fogaça Balboni
Luiz Ghilardini
Luiz Gonzaga Dos Santos
Luiz Hirata
Luiz Ignácio Maranhão Filho
Luiz José Da Cunha
Luiz Paulo Da Cruz Nunes
Luiz Renato Do Lago Faria
Luiz Renato Pires De Almeida
Luiz René Silveira E Silva
Luiz Vieira

Lyda Monteiro Da Silva
Manoel Aleixo Da Silva
Manoel Alves De Oliveira
Manoel Fiel Filho
Manoel José Mendes Nunes De Abreu
Manoel Lisboa De Moura
Manoel Raimundo Soares
Manoel Rodrigues Ferreira
Manuel Alves De Oliveira
Manuel José Nurchis
Márcio Beck Machado
Marco Antônio Braz De Carvalho
Marco Antônio Da Silva Lima
Marco Antônio Dias Baptista
Marcos José De Lima
Marcos Nonato Fonseca
Margarida Maria Alves
Maria Ângela Ribeiro
Maria Augusta Thomaz
Maria Auxiliadora Lara Barcelos
Maria Célia Corrêa
Maria Lúcia Petit Da Silva
Maria Regina Lobo Leite De Figueiredo
Maria Regina Marcondes Pinto
Mariano Joaquim Da Silva
Marilena Villas Boas Pinto
Mário Alves De Souza Vieira
Mário De Souza Prata
Maurício Graboís
Maurício Guilherme Da Silveira
Merival Araújo
Miguel Pereira Dos Santos
Miguel Sabat Nuet
Milton Soares De Castro
Míriam Lopes Verbena
Napoleão Felipe Biscaldi
Neide Alves Dos Santos
Nelson De Souza
Nelson José De Almeida
Nelson Lima Piauhy Dourado
Nestor Veras
Newton Eduardo De Oliveira
Nilda Carvalho Cunha
Nilton Rosa Da Silva
Norberto Armando Habeger

Norberto Nehring	Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter
Odijas Carvalho De Souza	Ruy Carlos Vieira Berbert
Olavo Hansen	Ruy Frisão Soares
Onofre Ilha Dornelles	Sabino Alves Da Silva
Onofre Pinto	Santo Dias Da Silva
Orlando Da Silva Rosa Bonfim Júnior	Sebastião Gomes Da Silva
Orlando Momente	Sebastião Gomes Dos Santos
Ornalino Cândido Da Silva	Sebastião Tomé Da Silva
Orocílio Martins Gonçalves	Sebastião Vieira Da Silva
Oswaldo Orlando Da Costa	Sérgio Correia
Otávio Soares Ferreira Da Cunha	Sérgio Landulfo Furtado
Otoniel Campo Barreto	Sérgio Roberto Corrêa
Paschoal Souza Lima	Severino Elias De Melo
Pauline Philipe Reichstul	Severino Viana Colou
Paulo César Botelho Massa	Sidney Fix Marques Dos Santos
Paulo Costa Ribeiro Bastos	Silvano Soares Dos Santos
Paulo De Tarso Celestino Da Silva	Soledad Barret Viedma
Paulo Guerra Tavares	Sônia Maria Lopes De Moraes Angel
Paulo Mendes Rodrigues	Stuart Edgar Angel Jones
Paulo Roberto Pereira Marques	Suely Yumiko Kanayama
Paulo Stuart Wright	Telma Regina Cordeiro Corrêa
Paulo Torres Gonçalves	Thomaz Antônio Da Silva Meirelles Neto
Pedro Alexandrino De Oliveira Filho	Tito De Alencar Lima
Pedro Carretel	Tobias Pereira Júnior
Pedro Domiense De Oliveira	Túlio Roberto Cardoso Quintiliano
Pedro Inácio De Araújo	Uirassú De Assis Batista
Pedro Jerônimo De Souza	Umberto Albuquerque Câmara Neto
Pedro Ventura Felipe De Araújo Pomar	Valdir Sales Saboya
Péricles Gusmão Régis	Vandick Reidner Pereira Coqueiro
Raimundo Eduardo Da Silva	Victor Carlos Ramos
Raimundo Ferreira Lima	Virgílio Gomes Da Silva
Raimundo Gonçalves De Figueiredo	Vítor Luíz Papandreu
Raimundo Nonato Paz	Vitorino Alves Moitinho
Ramires Maranhão Do Vale	Vladimir Herzog
Ranúsia Alves Rodrigues	Walkíria Afonso Costa
Raul Amaro Nin Ferreira	Walter De Souza Ribeiro
Reinaldo Silveira Pimenta	Walter Kenneth Nelson Fleury
Roberto Cieto	Walter Ribeiro Novaes
Roberto Cietto	Wânio José De Mattos
Roberto Macarini	Wilson Silva
Roberto Rascardo Rodrigues	Wilson Souza Pinheiro
Rodolfo De Carvalho Troiano	Wilton Ferreira
Ronaldo Mouth Queiroz	Yoshitane Fujimori l
Rosalindo Souza	Zoé Lucas De Brito Filho
Rubens Beirodt Paiva	Zuleika Angel Jones

